

DEGRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Abaixo apresentamos a degravação das entrevistas realizadas durante a pesquisa base para o artigo. Aqui, encontram-se a transcrição parcial do áudio gravado durante as entrevistas, em poder dos autores. A razão para a transcrição ser parcial, embora compreenda quase a totalidade do que foi dito pelos entrevistados, é que outros assuntos não pertinentes diretamente à pesquisa foram também tratados, em especial no final dos encontros.

As perguntas dos pesquisadores são mostradas em negrito, enquanto as respostas seguem logo abaixo de cada uma das perguntas.

As entrevistas estão nesse documento apenas para uso do parecerista do artigo. Os entrevistados não nos deram autorização para a publicação das entrevistas, apenas para a utilização delas como fonte para a elaboração do estudo em foco.

As datas e locais das entrevistas foram os seguintes:

- Antonio Delfim Netto - 27/01/2015 - São Paulo
- Antonio Plínio Pires de Moura - 29/10/2014 – Salvador
- Claus Magno Germer - 22/08/2014 - Curitiba
- João Antônio de Paula - 17/10/2014 - Diamantina
- Luiz Carlos Bresser-Pereira - 01/12/2014 - São Paulo
- Luiz Gonzaga Belluzzo - 02/01/2015 - São Paulo
- Paul Israel Singer – 29/09/2014 – São Paulo
- Theotônio dos Santos - 10/02/2015 – Rio de Janeiro

1 - ENTREVISTA ANTÔNIO DELFIM NETTO

Gostaria de iniciar abordando um período um pouco anterior à sua entrada na USP. O senhor foi aluno na Escola Superior de Guerra?

Não. Não. Eu fiz muitas palestras na Escola Superior de Guerra, mas como aluno não.

O senhor entra na USP como aluno, se forma, e, rapidamente, se torna professor na década de 1950. A Alice Canabrava lançou um livro sobre a história da FEA/USP, no qual ela faz referência a uma grande crise institucional em 1957/58, como o senhor participou e vê esse período?

Havia, no fundo, um desejo de mudar a natureza do ensino de economia. Era um ensino muito institucional, muito ligado às escolas de direito, tinham alguns problemas legais com alguns professores. Mas isso não teve nenhuma importância sobre o problema do ensino, não era sobre o ensino em si. A escola não tinha bons cursos. A escola tinha se instalado e estava demorando muito a se consolidar, então era isso. Não houve nada com relação ao ensino.

A escola tinha uma vantagem, a escola era muito eclética. Era muito aberta, nunca houve nenhuma restrição ideológica. Eram todos autodidatas. Eram raros os que não eram autodidatas. E o professor de Economia Política, como se chamava naquele tempo, era o Paulo Hugon, um francês, bom professor, economista institucionalista. Ele deixou uma boa escola no Brasil, deixou um livro sobre história do pensamento econômico. Era um bom professor. Você tinha o Stevens, que era um inglês professor de estatística (...) que, digamos, eram realmente profissionais [Hugon e Stevens]. Os outros todos eram autodidatas, e estavam começando suas vidas.

Se criou a escola, houve uma seleção – eu nunca soube direito como é que foi – e se contratou esses professores. A maioria deles se esforçou muito, e realmente conseguiu qualificação para continuar professor. Em 1957, houve uma reação contra alguns que não

tinham conseguido realmente superar a suas condições de autodidatas, mas isso não teve nenhuma importância, digamos. A escola sempre nasceu de uma, como eu disse, uma visão muito ampla. Um dos responsáveis por essa visão foi um professor de Sociologia, o Heraldo Barbuy, que tinha uma visão muito ampla, muito interessante, porque ele relativizava o ensino inclusive da economia política. Enquanto que o Hugon dizia que a moeda era qualquer coisa que podia servir de meio de troca, de reserva de valor, pode ser uma roda de ferro, ou de pedra, ou uma medalha de ouro etc.; o Barbuy dizia, “não, a moeda na verdade é uma instituição social que muda o comportamento do homem. A moeda é que determina se ele vai ser mais egoísta ou menos egoísta. A moeda é uma outra coisa”. E nesse curso, enquanto outros professores imaginavam o capitalismo como uma obra eterna, que havia uma certa harmonia cooperativa entre os homens, e que aquela era uma ciência em que um dia iam se descobrir as leis que a comandavam, o Barbuy estava em seus seminários estudando [Karl] Polanyi, “A Grande Revolução,” mostrando o seguinte: “Não. Isso é um instante na história do homem. Pelo contrário, o mercado possui alguns defeitos”. Quer dizer, a escola sempre foi muito aberta, de forma que havia várias correntes. Nunca se rejeitou nenhuma das correntes, nem aquele marxismo de pé-quebrado que continua no Brasil até hoje, certo?

Foi-se encaminhando para um conhecimento, tentando-se construir um conhecimento um pouco melhor através da estatística, através do Luiz de Freitas Bueno, através da matemática, com o [Domingos] Pisanelli, através de seminários paralelos ao curso que aconteciam diariamente.

O Senhor foi assistente do Luiz de Freitas Bueno. E os seminários já aconteciam quando o senhor era assistente ou só quando se tornou catedrático?

Já quando eu era assistente, a gente já fazia. Depois, quando eu cheguei à cátedra, a coisa cresceu ainda mais.

Esse seminário era um seminário completamente aberto.

Tem um artigo do Raúl Ekerman que fala sobre isso...

É isso mesmo. Aquele artigo do Raul representa tudo. Se você quiser uma informação bem precisa de como esse processo aconteceu tem uma Revista Brasileira de Economia, acho que é de 1966, que tem um artigo meu, do Mario Simonsen, da Maria da Conceição Tavares [na realidade M. C. Tavares não participou dessa edição da Revista]. Foi quando na verdade nós decidimos fazer os cursos de pós-graduação, com ajuda, inclusive, da Fundação Ford, quando trouxemos algumas pessoas muito importantes para o Brasil. Lá [no artigo] você tem uma ideia clara de como nasceu esse processo.

Dentro desse artigo do Raul Ekerman ele diz que vocês estudavam inclusive Paul Sweezy, e outros textos marxistas em algumas ocasiões...

Na verdade, deixa eu lhe dizer. Eu tive muita sorte na minha vida, a profissão me escolheu. Eu queria ser engenheiro, mas como eu não tinha recursos eu não podia fazer um curso em tempo integral, então eu ia fazer um curso de economia. Eu estava me preparando para fazer vestibular de engenharia, aí foi fundada a escola de economia, 1945 ou 1946, e que admita o seguinte: quem tivesse o curso de contador podia se inscrever. Como eu tinha o curso de contador e podia fazer, eu podia usar a pouca matemática que sabia para entrar no curso de economia.

O senhor fez o curso de contador em uma Escola de Comércio?

Sim. Fiz o curso de contador na Escola de Comércio, e entrei na escola. Mas, quando eu tinha quatorze anos, eu fui trabalhar na Companhia Gessy Industrial, que era uma companhia de alta qualidade, com empresários empreendedores realmente. A família Milani, era gente de qualidade. Lá eu encontrei um cidadão, Airton Alves Aguiar, um médico que não estava exercendo a profissão, e que era um semi-socialista. Mas o nosso socialismo era um socialismo muito urbano, no fundo a grande literatura eram os livros do espírito moderno, publicados pela Civilização Brasileira, que eram do H. G. Wells. Então era “[Uma Breve] História do Mundo,” e não sei mais o quê. Então era isso, que era uma manifestação do Socialismo Fabiano.

Foi por aí que eu entrei. E eu cheguei ao Marx por um caminho muito torturado, que era o caminho do Wicksteed, que era um livro de economia, isso já muito posterior, e do George Bernard Shaw, que tem uma coletânea maravilhosa sobre marxismo. Isso nos anos 1930. Naquele momento, eu adquiri uma espécie de prevenção contra o marxismo. Marx era um homem muito difícil, mas eu me convenci de que aquilo era uma visão do mundo muito diferente da nossa, ou seja, que aquele mundo que você pensava, construído com um certo equilíbrio cooperativo interno, não existia.

Por isso a escola foi sempre aberta. E, no caso dos brasileiros, você ia desde Ignácio Rangel. Nunca alguns que se perdiam em uma mistificação ideológica, que é a pior coisa. O marxista que se refugia nesse tipo de metafísica não vai a lugar nenhum. A escola foi sempre muito aberta, mas lentamente caminhando para uma concepção um pouco mais “científica”, entre parênteses – nunca será uma ciência – mas, entre parênteses. E, nesse curso, eu descobri um livro italiano do Constantino, em dois volumes, que era antikeynesiano. E estava chegando no Brasil o nosso Samuelson, que era a primeira apresentação de um Keynesianismo hidráulico, que depois foi sendo entendido. De forma que a escola sempre teve essa, na minha opinião, tolerância com várias visões do mundo, mas sempre caminhando de que você tem que produzir proposições testáveis, que elas têm que ser analisadas e tem que ter uma correspondência na realidade, até você conseguir chegar em uma proposição. Eu diria que aí é que você vai amadurecendo.

O entendimento do Keynes foi muito difícil. E depois para você se livrar daquele keynesianismo hidráulico, mecânico, que estava no Samuelson, para você começar a entender de verdade a importância do setor financeiro... O que era fundamental para o desenvolvimento econômico, mas também que é fundamental para destruir o sistema econômico. Então foi-se desenvolvendo paralelamente a isso a econometria, porque se precisava medir, tudo isso era preciso medir. E durante muito tempo houve uma crença enorme no método econométrico. Hoje eu sou muito cético, realmente eu acho que o futuro não está contido no passado, a economia não é ergódica, de forma que nunca vai ser uma ciência. Isso foi um desvio produzido pelo Samuelson. E, hoje, eu estou muito cético quanto à possibilidade de medir, de você confiar, na verdade, nessa ideia de que eu posso testar uma teoria. Eu posso negar uma teoria seguramente, mas o que mais me preocupa é que, mesmo com as técnicas mais sofisticadas da econometria, você sempre tem um artigo que diz que a

hipótese é aceitável, logo depois vem um artigo com a mesma sofisticação que diz que não é aceitável, e logo chega outro artigo, ainda mais sofisticado, que diz que nenhuma das duas proposições é aceitável. Então, você parte do conhecimento absoluto para a ignorância absoluta, e ganhou algum conhecimento nesse processo.

A escola mudou muito. A escola hoje tem gente muito preparada, que se formou lá fora, nas melhores escolas. Mas ela continua ainda como uma igreja generosa. Ainda abriga marxistas, institucionalistas, “cientificistas”.

Mudando um pouco do foco do ensino para a política departamental. O senhor foi chefe de departamento durante a mudança de regime. Houve mudança de relações dentro do departamento, ou com a própria reitoria? O Reitor saiu para ocupar cargo de ministro, sendo muito próximo ao governo militar e tudo mais... Houve alguma interferência no trabalho de vocês?

De jeito nenhum. Nunca houve nenhuma mudança, de nenhuma natureza. Pelo contrário, nós saímos da escola, dez ou doze professores que foram para o governo. Nunca houve nenhuma interferência de nenhuma natureza na escola, muito menos no ensino. Pelo contrário, a escola, como os outros, ia se organizando para se opor ao governo.

Na escola havia um militante, hoje muito conhecido, o Paul Singer, que era do PCB...

Sim, claro! O Paul Singer foi muito bem recebido. Ele e também a Lenina [Pomeranz]. E são gente de valor. Não tinha nenhuma restrição de nenhuma natureza. Pelo contrário, eu acho o Paulo um sujeito de muito valor. Inclusive eu até tenho uma certa simpatia por esse tipo de cooperativismo um pouco mais profundo, esse tipo de sociedade solidária a que ele se dedica, eu acho que tem muita coisa importante e que pode ser um complemento na organização de uma sociedade civilizada.

O senhor citou essa cooperação com a *Ford Foundation* na criação do IPE, principalmente. O senhor estava à frente desse projeto? Como foi?

Eu estava à frente desse projeto antes de ir embora. Depois ficou o Miguel Colasuonno.

Bom, nós trouxemos, na verdade, professores de toda natureza. Nós trouxemos o Kalecki, trouxemos o Kaldor. Tinha várias correntes. Nós trouxemos o Leontief, uma porção de outras pessoas. Porque a escola era aberta, e na minha opinião essa talvez tenha sido a coisa mais importante.

Além disso, a história era levada extremamente a sério. Nós tivemos dois bons cursos. A história, que era dada pela Alice Canabrava, uma coisa realmente preciosa, e geografia, uma geografia muito mais ajustada à realidade brasileira, com o [Paul] Huntington. Eram bons cursos, e sempre foram fortes. Hoje os economistas têm um pouco de vergonha de estudar história e geografia.

Na verdade, nesses cursos aos quais me referi, os tais seminários, você tinha uma ênfase na história, na geografia e na antropologia. Para saber o que era o homem.

E como o senhor vê a criação da ANPEC? A importância da criação da ANPEC para o desenvolvimento dessa segunda etapa, de pós-graduação.

Ela é uma solução natural. Hoje você tem uma economia de alta qualidade. Eu até acho que, de vez em quando, com uma pretensão científica exagerada. Mas, seguramente, o nível é muito melhor do que foi. Só faltava não ser, seria um absurdo. O Brasil dispõe hoje de alguns economistas de muito boa qualidade.

Quando o senhor sai do Ministério da Fazenda, e antes de ser embaixador, o senhor volta pra USP durante um tempo. Nesse período o senhor vê alguma mudança muito grande?

Sim. Eu, inclusive, fui para o departamento, e fiquei até feliz. As coisas continuavam na mesma linha.

Não houve uma quebra?

Não. Não houve uma quebra. Pelo contrário, eu acho que vocês podem notar um progresso contínuo. Você pode, talvez, dizer que um pouco daquela tendência eclética, daquela igreja generosa, foi reduzida. Diminui-se aquela linha diferente do *mainstream*, todas elas. Mas, hoje, todas as linhas, estão todas elas absorvidas dentro da escola por gente de alta competência. Então, eu acho que houve um progresso muito importante. O que, de vez em quando, me incomoda é a crença que nós somos portadores de uma ciência. Nós não fomos e nunca seremos. Por causa disso... O futuro é opaco, e ele não está contido no passado, a não ser como possibilidade.

Hoje os estudos contrafactuais mostram que a história é um acidente, e essa organização, agora visível em uma rede de complexibilidade (sic), mostra que um bom modelo tem que introjetar o seu próprio suicídio. Porque você sai de um ponto em que você aparentemente está em equilíbrio. Foi o grande desenvolvimento, digamos, que antecedeu a crise de 2008. Dava a impressão que nós tínhamos dominado o mundo. O Robert Lucas dizia que nós tínhamos dominado, e que o ciclo econômico tinha acabado. Para você ter uma ideia, umas semanas antes da crise do *Lehman Brothers*, o Banco da Inglaterra fez uma conferência para comemorar o domínio do ciclo econômico. Na semana seguinte quebrou o mundo.

[...]

Mas em comparação com esse ambiente tranquilo da USP, como o senhor via o ambiente de outros centros? A UnB, que passou por problemas em 1964...

A UnB se desenvolveu muito bem. Você tem grandes departamentos, não são os mais visíveis. Você tem uma escola em Recife de alta qualidade, tem no Rio Grande, no Paraná, em todos os outros lugares existem centros econômicos de alta qualidade. Em alguns com uma visão um pouco mais estreita, que pretendem se chamar de ortodoxos. Essa divisão heterodoxo/ortodoxo é só uma divisão produzida pela miopia. A economia tem que ser uma igreja generosa, tem que incorporar todas essas visões de mundo. Você não pode dizer que alguma [teoria] está errada, sem se comprometer e ter que se desmentir depois. Você tem que ver as coisas como elas são. E eu diria que em todo o lugar você tem departamentos muito importantes, em São Paulo, Campinas, Ribeirão, São Carlos. Hoje você tem nas escolas de agronomia, como a Luiz de Queiroz [ESALQ], você tem economista de alta qualidade. Quer

dizer, realmente o Brasil hoje dispõe de bons economistas, e que eu acho que prestam um bom serviço.

Nós não citamos, mas Minas Gerais tem uma escola de economia excelente. Muitos economistas importantes passaram por lá. Inclusive trabalhando com teoria da localização. Era uma grande escola, e acho que ainda é. **[trecho adicionado a posteriori pedido do entrevistado]**

Para finalizar. A biblioteca possuía um acervo assim eclético, como o senhor diz sobre o ensino? E ela sofreu alguma censura durante o período militar?

De jeito nenhum. A biblioteca sempre foi assim desse jeito. A escola sempre teve uma excelente biblioteca. Eu acabei de doar a minha para ela [a biblioteca da FEA/USP].

E em relação aos órgãos de repressão? As DSI e ASI que foram criadas. O senhor chegou a ter contato? Ela chegou a tentar a interferência no departamento ou em no órgão do governo onde o senhor se encontrava na época?

Eu estava longe da escola. No ministério. De jeito nenhum. Bastaria o seguinte, nunca houve nenhuma restrição, quando o sujeito imaginava que era marxista eu dava para ele fazer um curso lá fora, até aprender.

Aí esquecia o marxismo lá...

Não. Eu acho o seguinte, Marx não pode ser esquecido. Marx é parte da cultura. Marx você tem que entender, e compreender. A contribuição dele é muito importante. Só que é a mesma coisa que o Kant, a mesma coisa que os grandes pensadores. Ele faz parte. O que sobrou dele é aquilo que é válido, o resto tudo é um pouco de chantilly, que lustra algumas pessoas que se consideram grandes dialéticas, mas não fazem mal nenhum.

Eu entrei em Marx pelos italianos, de forma que que conheço alguma coisa, e o que eu conheço é bom. A minha tese em doutoramento é, na verdade, um modelo do segundo volume do Marx.

2 – ENTREVISTA ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA

[A parte pertinente da entrevista inicia-se com a seguinte fala do entrevistado]:

A escola aqui [UFBA] ficou com fama de ser uma escola esquerdista.

Isso antes do golpe militar?

Isso. Então, era esse mais ou menos o clima. Uma escola nacional desenvolvimentista. O currículo, no começo de 1964, é modificado. O currículo que até então... a minha formação, por exemplo, ainda foi a formação clássica. O meu currículo chegava até os neoclássicos, nem Keynes eu peguei. O keynesianismo vai entrar na escola na década de 1960, e nós vamos colocar isso aí no novo currículo, que é o currículo de 1964. Nós colocamos aí disciplinas que são nitidamente cepalinas, que são: política e planejamento econômico, contabilidade social, desenvolvimento econômico, contabilidade nacional, elaboração de projetos [e] análise de projetos. Uma série de disciplinas dos cursos cepalinos que nesse momento estavam sendo dados no Rio de Janeiro.

Eu mesmo fiz o curso da Cepal em 1962, ele ainda era dado em espanhol. Fui aluno de Celso Furtado. Maria da Conceição Tavares ainda era estagiária. Carlos Lessa ainda era ajudante de Aníbal Pinto Santa Cruz. O Norbert Gonzales... O Regino Boti, ministro da economia de Cuba... Era esse pessoal. Nós tivemos uma boa formação nessa base. Então nossa escola é uma escola de tradição esquerdista, mas na verdade era nacional desenvolvimentista.

Mas marxista aqui...

Nada. Basicamente nacional desenvolvimentista.

É uma característica daqui, e das escolas do nordeste, em geral, que as escolas de administração sejam separadas das escolas de economia, porque as escolas de administração foram montadas com o financiamento da Fundação Rockfeller, no início dos anos 1960. A Fundação Rockfeller disse que não queria criar o curso de administração na escola de

economia, que era para não contaminar. Então exigiu que fosse criada uma escola separada, uma faculdade separada. E em quase todo nordeste você vai encontrar as escolas de economia separadas da de administração por causa disso.

Quando ocorre o golpe militar, nós tivemos a sorte de ter como Reitor na época o Miguel Calmon¹, [que] foi ministro da fazenda de vários governos, presidente de banco, da alta aristocracia baiana. Era o último Marquês de Abrantes. Quando fizeram uma caça às bruxas na Universidade de Brasília, o povo todo de Brasília veio para cá.

Você diz os professores.

É. Jairo Simões, Carlos Costa Pinto, Machado Neto, veio esse povo todo. Aí, quando veio a lista daqui, Ele [o reitor Calmon] pegou a lista, levou a Castelo Branco e disse: “Tá aqui a lista. Agora, o primeiro nome da lista que você vai ter que cassar sou eu”. Aí, Castelo disse: “Bom, você fica responsável por esse povo”. Então foi assim que a gente escapou de uma degola geral, mas ficamos estritamente vigiados.

O Diretório Acadêmico foi praticamente dissolvido. [Ele] era extremamente atuante, tinha inclusive uma gráfica que publicou vários livros e obras. A gráfica foi “pastelada”, levaram as máquinas, levaram tudo, e o diretório ficou acéfalo. Então ficamos aqui, um trem estritamente vigiado e cheio de agentes provocadores. Chegando transferência de aluno de tudo quanto é canto, e você já sabia que aquilo era gente do SNI. Dentro da sala eram os mais esquerdistas, e você já sabia que era agente provocador. Então todo mundo pisando em ovos durante esse período, e foi assim que a gente conseguiu atravessar, bem ou mal, durante essa primeira fase.

E a segunda fase, com o AI-5?

Na segunda fase, após o AI-5, quando os movimentos estudantis se radicalizam, e grande parte da liderança parte para guerrilha, o confronto é mais ou menos geral. Mas do ponto de vista aqui da escola, do ponto de vista da perseguição ao corpo de professores, não.

¹ Foi também professor e fundador da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Exerceu o cargo no período 1964-1967, segundo o site institucional da universidade. Disponível em: <www.ufba.br/reitores>. Acessado em: 30/11/2014.

De cassação de professores não houve nenhuma. Apenas com um professor houve uma tentativa, mas ele se defendeu. Era um professor que havia vindo de Brasília, o professor Jairo Simões.

Tínhamos agentes para tudo quanto é lado. Então era um clima muito pesado, porque você não podia confiar em ninguém.

Depois de 1967 o governo começa a instalar as ASI...

Aqui você tinha a Assessoria, a AESI. Tinha uma Assessoria Especial de Segurança e Informação que funcionava em uma dependência do Hospital das Clínicas, eu acho. Ela tinha agentes espalhados por tudo quanto é canto. E como a universidade é que fornecia a carteira de estudante, ela tinha os retratos de todo mundo, porque ao tirar a carteira de estudante, tinha que tirar dois retratos. Um retrato que era o que saía na carteira, mas ia para o SNI uma foto desse tamanho assim². Então eles tinham lá o fichário deles e faziam o rastreamento dos estudantes através da assessoria.

Em algumas universidades, nesse período, aconteceu o esvaziamento de bibliotecas. Isso ocorreu aqui?

Olha, aqui o que nós fizemos foi esconder, certo? Nós tiramos dos fichários as fichas de todos os livros.

Ah! Eles estavam na biblioteca mas não estavam mais catalogados?!

É. Não estavam catalogados, então eles não achavam. Eles procuraram, mas não acharam. Lá você tinha Marx, você tinha Lênin, você tinha Rosa Luxemburgo. Estavam lá na biblioteca. E eles [militares] reviraram a biblioteca de cabeça para baixo, mas como eles [os livros] estavam fora do catálogo e sem capa, não podiam achar nada. E do diretório eles não puderam pegar ninguém porque logo no dia 1º de Abril, quando eu vi aqui a praça toda cercada de tanques, e o sindicato dos petroleiros sendo invadido, eu tive aquele estalo na

² O tamanho gesticulado era algo em torno de 20 cm de altura por 10 cm de largura.

cabeça e disse: “os militares chegaram dessa vez para ficar”. Porque tinha golpe todo dia, né? Depõe presidente, bota gente, impeachment, coisa e tal. Mas aí eu tive essa sensação. E a primeira coisa que eu fiz foi entrar no diretório e pegar todos os livros de ata e tudo, trazer para a biblioteca e meter no arquivo geral. Tanto que eles não acharam nada, chegaram e não sabiam quem era presidente, não acharam papel nenhum, certo? Então ficaram desnorteados. Então por isso nós escapamos.

Houve apenas uma tentativa de aplicar o famoso decreto 477 (o de expulsão da universidade por subversão) contra um aluno da escola, que é ex-presidente da Petrobrás, o Sergio Gabrielli. A gente conseguiu contornar porque o coordenador do colegiado de curso era um homem de esquerda, além de jurista, eu era o vice coordenador, e nós “apuntanhamos” o máximo possível a coisa, burocratizamos o negócio com o maior bizantinismo, com depoimento de testemunha, mandamos a parte acusante aparecer e dizer qual era a acusação (que era o exército, e não ia aparecer mesmo). Então fomos cozinhando esse negócio, e pedindo papel, e pondo testemunha para depor, e marcando sessão, até que deu tempo de o cara formar e nós encerramos o inquérito por ter caducado.

E aqui na UFBA havia pesquisa? E, se houve, havia alguma tentativa de restringi-la?

Não. Aqui a parte de pesquisa estava muito restrita. A fase de pesquisa foi anterior. Havia aqui um instituto, ligado à universidade, o Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Lá trabalharam uma série de professores não só da escola, como o Romulo Almeida, o Steven Roback (que depois foi para o Banco do Nordeste), o Milton Santos; então tinha um grupo muito bom de pesquisadores, mas isso era em uma fase da década de 1950. No início da década de 1960 esse instituto já estava muito decadente por causa dos problemas trabalhistas, de questões trabalhistas com funcionários etc., então ele já estava muito enrolado financeiramente, de forma que não havia pesquisa nessa época.

O senhor tem alguma notícia de interferência nas grades? Na oferta de disciplinas?

Não. Isso não. Veio haver [interferência] só quando [Jarbas] Passarinho tentou, na reforma de 1969, [com] a MEC-USAID, resolver o problema de excedentes externos. O que

acontecia? O vestibular era “habilitatório”, não era classificatório, então às vezes habilitava mais gente que o número de vagas, aí toda vez isso dava problemas. Aqui nunca houve esse problema, mas em algumas escolas, do sul principalmente, houve esse problema. Na época de Juscelino Kubitschek, ele resolveu esse problema mandando esse pessoal estudar lá em Portugal, dando bolsa para ir fazer lá nas universidades que tinham vaga, de Portugal. Mas ele [Passarinho] tentou resolver esse problema com o tal do vestibular classificatório, onde entravam alunos até o número de vagas, que é o vestibular atual.

Antes dessa mudança, por exemplo, na minha turma de 1958 da economia da UFBA, havia cinquenta vagas e concorreram oitenta candidatos, mas só passaram seis, e entramos só seis. Se tentou corrigir isso aqui dentro da universidade fazendo uma segunda época para quem perdeu algumas disciplinas (você prestava diversas provas e necessitava de média global sete, mas cinco na disciplina individualmente), uma ou duas, para tentar ampliar o número de ingressos. Então a questão do vestibular classificatório corrigiu esse tipo de problema.

Mas aí Passarinho resolveu fazer uma cópia mal feita do sistema Francês, onde você tem o primeiro ciclo de estudos, recebe seu diploma de primeiro ciclo, se quiser pode continuar e receber um diploma de segundo ciclo, que equivale ao bacharelado, e depois há o terceiro ciclo, que equivale ao mestrado. Então, aí ele criou a figura do primeiro ciclo, onde tinha uma série de disciplinas nucleares, comuns. Ou seja, o indivíduo entrava para o ciclo, que é hoje o bacharelado interdisciplinar (B.I.), ao invés de entrar para o curso. Hoje, na Universidade Federal da Bahia nós temos uma boa experiência, de quase doze anos, em que você entra para um tipo de B.I., ou em humanidades, ou em artes, ou ciência e tecnologia, ou área de saúde. Mas o Jarbas Passarinho tentou essa história, e até era uma boa intenção, mas o clima não era bom, e o sistema fracassou. A última mudança que nós tivemos foi essa, introduziu-se no currículo mais três disciplinas: fundamentos de economia, introdução à filosofia e introdução à sociologia, que eram uma espécie de *pout pourri* geral dado para toda área de ciências humanas.

A mudança que teve [de currículo] foi só essa aí. Depois, a outra mudança que vai ter é só em 1985.

Então, durante todo esse tempo a grade ficou a mesma?

Sim. Ficou igual. Só mudou em 1987, para se adaptar à mudança nacional, e agora para se adaptar ao novo currículo de economia.

3 – ENTREVISTA CLAUS MAGNO GERMER

Houve o golpe enquanto você era estudante de agronomia. E você já se interessava pela literatura Marxista?

Já. Não tinha como não se interessar.

Eu fui para a universidade lá no Rio de Janeiro em 1962. Bem, no Rio de Janeiro... um dos centros, junto com São Paulo. Político, né? E a universidade rural [UFRRJ] ficava retirada da cidade.

Seropédica, não é?

Sim... E lá tinha uma atividade política muito intensa. O grupo do PCB era forte. Um outro grupo que crescia era a AP, Ação Popular, e a UNE. Pelo fato de ser um lugar grande, espaçoso – tinha alojamentos e tal – a UNE fazia encontros lá.

E eu cheguei lá um “jeca tatu” do interior. Eu ia nas reuniões da UNE, e era uma discussão política interessante “pra chuchu”. Eu não me lembro de ter ouvido falar de Marx e Engels antes, provavelmente ouvi falar em comunismo, mas não tenho a menor lembrança. E isso me levou a me interessar por Marx e Engels, e comecei a ler sobre o assunto. Logo me alinhei com a esquerda na época e fui me tornando Marxista.

E aí quando você chegou no mestrado, você já trabalhou com o tema de economia agrária...

Já na agronomia eu comecei a me interessar por economia, uma área de economia agrícola. Aí fui fazer o curso lá de economia agrícola [mestrado na ESALQ], que era um curso de economia, que só tinha umas 2 ou 3 disciplinas específicas da agricultura.

E esse trabalho da dissertação, ele já foi utilizando a economia política Marxista? Seu orientador foi o Rodolfo Hoffman, que também era alinhado com a esquerda...

Diziam que ele era marxista, eu sempre ouvi falar, mas era um professor de econometria, não tinha nada de marxismo. Era meio... o ambiente era muito hostil, completamente hostil para ser franco, né?! Ninguém falava em Marxismo, mas como eu já me interessava, o que eu fazia... Eu tinha comprado logo que me formei uma edição em espanhol d'*O Capital*, da Fundo de Cultura Econômica, bonita pra burro, são três volumes, sem subdivisão, porque eles faziam em papel bíblia – então durante meu curso, à tarde, eu ia pra biblioteca, e ia estudando *O Capital* ao mesmo tempo, era bem interessante.

Mas essas obras, então, nessa época, elas não eram proibidas, né? Você tinha acesso a elas na biblioteca ou não?

Não. Eu tinha o livro na minha posse. Na biblioteca não me lembro se lá tinha obras do Marx e tal. Quando houve o golpe lá na agronomia, onde eu estudava, houve intervenção lá. Um quartel próximo do exército se instalou lá com barracas e ficou lá, prendeu uma estudante, foi uma algazarra, e fez uma limpa na biblioteca, então o que tinha, não me lembro exatamente o que tinha – também não tinha muito de Marx – o que tinha foi levado. Mas na biblioteca da ESALQ eu não me lembro exatamente o que tinha lá, mas como eu tinha *O Capital*, e, enfim, era o que eu na época queria estudar.

Mas em lembro que tínhamos um grupinho de esquerda lá [na ESALQ], e a gente formou um grupo de estudos para estudar especificamente obras marxistas no mestrado. Na graduação tinha um monte de grupo que estudava, eu participava de um também. Mas na ESALQ foi bem mais tarde. Eu me formei em 66 [graduação], vou fazer 50 anos de formado, e na ESALQ foi em 74.

E aí já é depois do AI-5...

Sim. Aí a barra já é muito mais pesada.

Eu vou citar para vocês um episódio, que houve na ESALQ: Havia lá o Hoffman e um outro professor na Sociologia Rural. Tinha a Economia Rural e a Sociologia Rural, na verdade o curso era mestrado em Ciências Sociais Rurais, daí tinha a área de Economia Rural

e a área de Sociologia, completamente separados. Mas os dois tinham a mesma posição, e durante o curso havia vagas para professor, e o pessoal me perguntou se eu estava interessado em ficar lá, e eu estava. Mas a disputa entre o pessoal da esquerda e da direita lá esquentou e alguém fez uma denúncia ao DOPS, e o DOPS interveio no departamento. Daí foi-se por água abaixo a expectativa de ficar lá, de ocupar uma vaga. Pouco depois de eu sair, em 76, por aí, nessa ocasião não houve nenhuma demissão, mas pouco depois demitiram diversos professores que eram mais de esquerda. Não [eram] necessariamente marxistas, porque não era esse o ponto, não era especificamente esse o ponto.

Então o clima era muito pesado na época, em todas as áreas. Na minha dissertação eu usei o marxismo como base, *O Capital* como base.

Sobre a questão Fundiária, não é?

É. A questão fundiária foi pelo seguinte, na esquerda, nos anos 60, especialmente marxista, havia uma seguinte visão, de que o Brasil estava em desenvolvimento capitalista, mas havia bloqueios, e as reformas estruturais chamadas serviam para desbloquear esses bloqueios, e um deles era a estrutura agrária, que, aliás, era a principal, com alguns argumentos inclusive furados. Mas havia uma convicção ingênua na esquerda de que se o governo militar não fizesse a reforma agrária, enfim, se o Brasil não fizesse uma reforma agrária, o desenvolvimento do capitalismo estaria bloqueado e isso levaria a uma crise inevitável em algum momento. Então, quando houve o golpe e os militares assumiram, a interpretação era a seguinte: se eles não fizerem a reforma agrária eles vão entrar pelo cano porque vai haver crise e tal. E o fato é que a partir de 67 começou o tal do milagre brasileiro, então essa interpretação foi completamente por água abaixo, e a minha dissertação foi para tratar sobre esse assunto: em que medida a tal da estrutura fundiária teria a ver com o desenvolvimento do capitalismo? E, obviamente, eu constatei que não tinha nada a ver mesmo, mas foi um estudo muito interessante. Mas eu ia lhe dizer aquele negócio do Marx. Para utilizar os conceitos do Marx, mais delicados, eu usei o Weber.

No texto da dissertação você tinha que fazer isso...

No texto da dissertação. O Weber tem um conceito. Por exemplo, um dos que eu me lembro é o proletário. E ele tinha uma definição bem parecida com a do Marx. Então usei o Weber. Então tinha esse tipo de coisa. O clima era muito pesado mesmo.

E você trabalhou no Ipar-des (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) também, não é? Antes de vir para a UFPR?

Isso. Eu só vim para a universidade mais tarde um pouco.

E lá existia algum tipo de limitação de pesquisa, limitação de abordagem teórica?

Não, veja. Aconteceu lá o que acontece nas universidades até hoje, os marxistas fazem uma autocensura, não só os marxistas, o pessoal de esquerda em geral. Porque não estava escrito é proibido citar Marx, mas o fato é de que era considerado subversivo quem se dedicasse a esse tipo de coisa, e o Ipar-des também sofreu. Eu vim para a universidade devido a demissões que aconteceram por motivo político no Ipar-des. Não sei se você ouviu falar, no tempo do governo Geisel, no início da guerra, um tal de Frota que acusou o governo Geisel de estar virando comunista e fez uma lista de comunistas que estariam nos governos federal, estaduais e municipais, e descobriu alguns no Ipar-des. Então esse pessoal foi demitido. Pouco tempo depois baixou uma nova lista de demissões onde eu estava no meio, e eu comecei a procurar outras alternativas, porque na época eu não queria sair de Curitiba, e acabou aparecendo a universidade.

Em 1980, eu fiz o concurso, logo após a primeira grande greve.

E o departamento tinha professores que ensinavam economia política marxista naquela época?

Aqui? Não. Até 1990, eu fui 20 horas, e continuei no Ipar-des. O clima aqui, para te dar uma noção de como era... Tinha o DSI, departamento de segurança interna [na verdade ele se refere à ASI, que fazia parte do DSI, departamento de segurança e informação]. Acho que em todos os órgãos públicos, né?

Eu fui escolhido para paraninfo, acho que duas vezes na época, porque eu peguei uma disciplina de último ano, e então a minha disciplina tinha uma conotação crítica. A conotação crítica naquela época estava em alta, e os estudantes gostavam disso, então me escolheram paraninfo. Agora, o discurso de paraninfo tinha que ir primeiro para a Reitoria, passar por esse DSI. Eu dava aula de desenvolvimento econômico.

Não existia economia política, né?

Não, isso foi criado em 85, 86 ou 87. Eu também saí, é?! Eu fui secretário da agricultura de 83 a 85, e quando eu voltei, eu dei uma disciplina de economia agrícola

E nessa época o pessoal já fazia pesquisa, voltou a fazer pesquisa em economia política marxista?

Aqui não tinha pesquisa, não tinha nada praticamente, a maior parte, eu acho, eu francamente não tenho estatísticas, era de 20 horas, e os que eram de tempo integral, eles não tinham a vida que temos hoje, cada um com uma sala e tal. Só para você ter uma ideia, quando eu vim para a universidade em tempo integral, que foi, se não me engano, em 90, não tinha nem sala de professor... Tinha uma sala grande... Tinham duas salas grandes e tinham 4 mesas lá dentro, eu fui dividir mesa com o Lafaiete. Não tinha armário, a pouca coisa que a gente guardava a gente punha na gaveta... Cada um com a chavezinha da sua gaveta. Não tinha ambiente de pesquisa... Tinha uma máquina de escrever mal e mal. Isso [da pesquisa] começou de fato quando começou o mestrado, que começou em 89, 90. Primeiro fizemos um curso de especialização, né?! Já com a perspectiva de transformar em mestrado, e foi o que aconteceu. Daí eu saí logo em 92 para o doutorado, quando eu voltei já estava aí o mestrado já embalado.

Uma coisa que nos interessa é essa volta da liberdade de você fazer pesquisa em economia política. Você acompanhou ou notou esse processo, da volta do pessoal começar a publicar? A Sociedade de Economia Política (SEP) foi criada nessa época...

Da SEP eu fui fundador, do grupo fundador. Foi em 1996. Eu não sei exatamente dizer... Exatamente como foi o processo, inclusive em outras universidades. Nunca me dediquei a analisar isso.

O próprio [nome] Economia Política, é um sinal das restrições, não é? Deveriam chamar de fato de Economia Marxista. Em algumas universidades chamaram de economia marxista, em outras de teoria do valor, a disciplina. Aqui era economia política. E a Economia Política, no início, tinha uma ementa que pensava Economia Política para dar os clássicos, mas aí clássicos entraria inclusive os clássicos da teoria neoclássica, nesse sentido.

4 – ENTREVISTA JOÃO ANTÔNIO DE PAULA

Gostaríamos de começar entendendo como surge seu interesse pela economia e como, dentro da economia, isso é levado para o estudo do Marxismo.

Eu acho que tudo na vida da gente tem um lado que é inteiramente inexplicável, uma acaso, não é? No meu caso, o acaso decorreu de eu ir trabalhar na CEMIG, de energia elétrica, a maior empresa que tinha aqui [Minas Gerais], uma empresa muito organizada. Eu fui trabalhar como *office boy*, com 15 anos, e tinha acesso a muita documentação, livros, lá tinha um bom centro de documentação, além de jornais. Eu mexia com isso, distribuía, e me caiu às mãos o “Correio da Manhã”, o maior jornal que o Brasil tinha na época.

Um dos autores, jornalistas, que foi muito importante na minha formação, foi o Otto Maria Carpeaux. Eu sempre digo que para quem tinha 15 anos de idade, que era o meu caso, e descobre o Otto Maria Carpeaux, você se transfigura. Você tem acesso a um mundo da cultura tão concentrado, tão forte, que é como se fosse um curso intenso de pós-graduação, que ele fazia com cada artigo dele, cada coluna. Então, a partir dessa experiência, com o Carpeaux, com a leitura desses jornais, eu fui sendo tomado por uma inquietação intelectual.

Eu tinha saído do ginásio, estava entrando no científico, trabalhava de dia, estudava a noite. Mas uma coisa que eu já tinha, eu já trazia isso: eu sempre li muito. E como eu não tinha dinheiro para comprar livro, eu lia livro de biblioteca pública. Então eu já tinha um contato com literatura, em um sentido amplo, muito grande, mas aquela coisa do contato do jovem, que está tasteando, e o Carpeaux organizou a minha cabeça em um sentido que eu passei a avaliar as coisas nesses critérios universais. Quais são as grandes questões? Quais são os grandes autores? Então eu ouvi falar pela primeira vez em autores como Hegel, como Marx, Maquiavel.

E por acaso, também, essa empresa tinha um movimento sindical forte, e eu fiquei conhecendo sindicalistas da empresa que eram ligados ao partido comunista. Então eles tinham toda aquela literatura, aqueles livros do Editorial Vitória, que era a editora do Partido Comunista, e eu lia isso.

Isso já era após o golpe, não é?

1966. Eu tinha 15 anos.

E isso existia na biblioteca?

Não. Aí eram livros meio clandestinos. Os sindicalistas não podiam dizer que eram ligados ao Partido Comunista.

Por que era efetivamente proibido ler essas coisas sobre Marx...

É. O Partido Comunista, que teve várias editoras, publicava aqueles manuais da União Soviética, aqueles materiais bem de propaganda assim, mas também editava Marx, editava Engels, enfim. Então eu fui aos poucos tomando conhecimento de literatura Marxista através do movimento sindical, e me interessando pelo assunto.

Isso antes do ingresso no curso de economia.

Muito antes. Quando eu fui fazer a escolha para o vestibular, eu já tinha [isso] muito claro. Eu já tinha lido, por exemplo, o livro do Heilbroner, que na época se chamava “Dez Grandes Economistas”, que depois foi publicado com outro nome. E você sabe que o autor que mais me impressionou naquele livro foi o Veblen? Eu fiquei fascinado quando li aquele negócio.

Então eu fui fazendo uma coisa que era assim. Eu fui selecionando a o quê eu iria me dedicar. Eu li aquilo que eu achava que era interessante, Marx e tal... O manifesto comunista eu li nessa época, li também uma edição resumida de *O Capital*, e comecei a tentar escrever coisas. Eu estava no científico ainda e, fazia uns ensaios, de pensar o que seria uma espécie de utopia econômica, bem na linha de Fourier, uma sociedade alternativa, a partir dessas leituras.

Então, diferente dos meus colegas que eu vou encontrar na faculdade, quando eu cheguei na universidade, eu já tinha isso, trazia uma experiência, evidentemente muito

dispersa, fragmentada, muito precária, de Economia Política e de marxismo. Por isso mesmo, a minha reação ao curso de economia foi terrível, fiquei decepcionadíssimo. A minha visão de economia era economia política... Achava que eu ia encontrar, ia discutir, ia aprender, economia política! Você chega lá e tem introdução à economia, aqueles trem chato pra burro. Eu gostava de direito, fui um ótimo aluno de direito.

E no curso de economia efetivamente não tinha [economia política], nessa época. Até porque essa época é após o AI-5, não tinha nada de Economia Política Marxista...

Se falava em marxismo no curso de HPE, e eu sempre usei uma imagem que eu acho boa para falar como é que os marxistas da época eram vistos e ensinados: É como uma curiosidade. É igual você ter um baú em que você guarda coisa velha, aí o cara puxa algo de dentro dele e diz: - Tem um negócio chamado Marx. Mas era como uma coisa, como uma curiosidade no meio de outras coisas. Porque a época era dura, a época do Médici, a pior época.

Era proibido o movimento estudantil nessa época também?

Movimento Estudantil no nosso caso foi muito importante pelo seguinte: Eu vim de uma faculdade, a Faculdade de Ciências Econômicas [da UFMG], que teve um papel muito importante no movimento estudantil brasileiro durante o início dos anos 1960. Várias lideranças, como o presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, eram alunos da Faculdade de Ciências Econômicas, alunos de Sociologia Política lá. Então, a faculdade tinha uma forte tradição de esquerda. E tinha de direita também, tinha gente de direita lá. Mas a Ação Popular... O Betinho [Herbert José de Souza], seu fundador, foi aluno de lá. [Tinha] a POLOP, que era Política Operária, a organização revolucionária Marxista, [da qual participaram ativamente] Teotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Simon Schwartzman. Todos esses eram alunos da faculdade. Depois o pessoal do Partidão [PCB], e do PC do B.

Então, a faculdade era um lugar extremamente dinâmico do ponto de vista político, e muito boa do ponto de vista do ensino, para os padrões da época. O golpe vem interromper

isso, o golpe cassou muita gente, foi muita gente presa, então deu uma esvaziada. Quando eu entro para a faculdade, [ela] está sofrendo esse efeito, esse esvaziamento decorrente do golpe. Mas mais do que isso, o medo. O medo de falar, o medo de discutir. Então, se eu tinha esse contato com o marxismo anterior à faculdade, quando eu entro para a universidade e começo a fazer movimento estudantil, somos nós [alunos] que reintroduzimos isso no currículo. Nós tínhamos um centro de estudos, então nós publicávamos, nós traduzíamos. Por exemplo, um texto clássico da [Maria da] Conceição [Tavares] e do [José] Serra, o “Além da estagnação”, nós traduzimos aquilo, divulgamos aquele texto.

Porque tinha taxa de exploração lá, aquilo não poderia ser ensinado...

Pois é. O curso nesse sentido, ele foi bloqueado pela conjuntura política, pelas circunstâncias. Então tem um movimento que é o do autodidatismo, você começa a estudar Marx porque você fazia grupos de estudo, você montava o grupo e tal. E isso se manteve depois que eu saí.

Eu fui fazer mestrado em Campinas, já em 1974, onde o clima era outro, já era o Geisel, mas a ditadura era ditadura, a repressão continuava. Colegas meus foram presos na época, mas o curso era aberto, um curso heterodoxo, e mesmo nós continuamos tendo um grupo de estudos marxistas durante todo o tempo. Durante todo o tempo, digamos que você tinha uma linha que era aquilo que a universidade era capaz de oferecer, e uma outra linha que era aquilo que estudávamos para tentar suprir as informações que a gente não tinha.

Mas, então, mesmo em 1974, o professor não podia entrar em sala de aula e...

Não. Tinha um professor. Eu fiz um curso de Marx com o Cássio, leitura d’*O Capital*.

Na época que o senhor vai para a Unicamp, na UFMG começa a surgir Marx na grade curricular...

Na medida em que a ditadura vai se afrouxando, um monte de gente vai retornando, [aqueles] que havia[m] ido fazer curso em Campinas, em Brasília. Então esse pessoal volta, e a gente reforma o currículo, muda a forma de currículo. A gente reintroduz esses temas, de maneira ainda tateante, mas com o tempo essa coisa se consolida, ou seja, o curso que eu tive e o curso que eu dei são coisas muito diferentes. Até porque, você tem também uma coisa, os professores antigos, os que ficaram depois desse período complicado, eram muito mal formados. Eles liam tudo meio de segunda mão, manuais.

Até porque acho que nem eram de dedicação exclusiva a maioria deles...

É, tem esse aspecto. Mas o que eu queria destacar é o seguinte, essa leitura que vai ao original, isso não tinha. Os cursos eram muito baseados em manuais, manual disso, manual daquilo. E nesse momento há uma inovação metodológica, na maneira de ensinar economia, de pensar economia, e também, obviamente, o marxismo.

Ela passa de ser menos técnica para ser mais científica...

É. Mais criteriosa, eu diria. Científica, eu teria minhas dúvidas, se economia é ciência mesmo.

Dentre as universidades, a UFMG e a Unicamp se destacam muito, estruturalmente, com relação aos cursos...

Mas tinham mais. Brasília [UnB] tem naquele momento um movimento interessante. Mas você tem estilos diferentes. Brasília vai ser muito influenciada pelo [Edmar] Bacha. O Bacha é o cara que vai levar uma Macroeconomia estruturalista, um certo tipo de ênfase. A UFRJ com a Conceição, o [Carlos] Lessa [e] o próprio [Antônio Barros de] Castro, que fazia um pouco Campinas e UFRJ. E nós lá, em Minas, a nossa coisa acho que era um pouco mais assim: Nós tínhamos uma tradição interdisciplinar muito forte. Essa

relação de economia com sociologia, com política, com direito, sempre foi muito natural para mim. Para mim não era novidade essas coisas.

Com relação às universidades por onde o senhor passou, a Unicamp e a UFMG, nessa década de 1970, em um período de repressão maior, existia algum tipo de intervenção dentro das bibliotecas? As AESI funcionavam efetivamente?

Sim. A nossa biblioteca, da Faculdade de Ciências Econômicas [UFMG], era uma ótima biblioteca. E existia um mito em relação a ela. O mito de uma determinada sala, trancada. Em 1964 se recolheu todo o acervo subversivo, era muita coisa. Milhares de livros foram retirados das prateleiras. Acho que parte disso acabou voltando para o acervo depois, mas em um primeiro momento foram retirados da estante, e se guardou, se fechou.

E aí, provavelmente, um órgão desses deve ter tido participação na escolha dos livros...

Evidente. É o escrutínio na estória do Dom Quixote, não é? O cura e o barbeiro vão lá, Dom Quixote está voltando daquela primeira viagem, e está todo moído, tomou pancada, e enquanto ele está lá tentando descansar eles entram na biblioteca e queimam os livros que enlouqueceram o Dom Quixote. Era o auto-de-fé, põe fogo e tal, e se salvam poucos livros. Esse negócio aconteceu no Brasil, de fato, os livros foram retirados, pelo menos na minha faculdade, foram retirados da estante e trancados, e a gente não tinha acesso. Depois eu acho que uma parte disso voltou, mas como professor eu não dirigia, não participava dos órgãos de direção, eu não sei ao certo como foi a volta desse acervo, mas isso aconteceu.

Vocês como alunos tinham algum contato com os órgãos de segurança? Essa burocracia chagava até vocês?

Contato direto não. Na faculdade tinha um diretor, que era um homem de direita muito conservador, e tinha o secretário da faculdade, que era um Coronel, lá na FACE [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG], que também era professor, mas antes de

tudo era Coronel. Coronel Werneck era o nome dele. E ele era um cara linha dura, o embate era com ele.

Uma vez, não sei se em 1972, eu era do D.A. e tinha a experiência do [Juan Velasco] Alvarado no Peru. A experiência de um nacionalismo reformista militar. Um golpe militar para renovar, modernizar o Peru, e saíam notícias. Já tinha censura nessa época, e um dia – nós tínhamos um mural no D.A. – a gente recortou uma notícia sobre a situação no Peru, e colocamos lá. O Coronel mandou tirar, aí eu fui lá falar, “ô Coronel, isso aí já passou pela censura”, e aí ele falou, “não. Não vai ficar”.

Ou seja, ele fez a censura da censura, não é? Era desse jeito. Agora, o ponto central que eu estava querendo falar do Movimento Estudantil é o seguinte: os estudantes da geração anterior à minha, que era a Dilma por exemplo – eu não cheguei a estudar com ela porque ela é um pouco mais velha do que eu, uns dois ou três anos. Ela entrou na universidade em 1968, eu entrei no início de 1970. Mas ela era aluna, fazia Movimento Estudantil. Teve um momento em que eles ocuparam um restaurante universitário, liberaram a entrada, comida de graça, e aí todos os estudantes que participaram disso... tomaram 477... [expulsão por subversão]. A Dilma não tomou porque ela já havia ido embora, ela saiu da universidade antes disso, e o D.A. foi fechado. Só foi reaberto quando eu já estava lá, em metade de 1970. Foi um momento importante, de reconstrução do Movimento Estudantil em Belo Horizonte. Começando com o D.A. depois nós fomos pro DCE, e por aí vai.

Com relação à pesquisa envolvendo teoria marxista, ou algum outro pensador que foi censurado, nós entrevistamos o professor Claus, da UFPR, e ele disse que utilizava categorias Weberianas para referir a Marx na dissertação de mestrado dele na ESALQ. Esse tipo de autocensura acontecia?

Não. Falando da minha experiência pessoal, não. Se bem que a minha dissertação de mestrado era sobre Schumpeter, não tinha perigo assim, mas se eu me lembro bem eu acho que talvez você possa ter razão no seguinte sentido. Exatamente por isso as pessoas mudavam de assunto. Você faz um desvio, porque era realmente problemático, perigoso.

Mesmo que o período mais duro tenha passado, o perigo de voltar a endurecer era real...

Você estava fichado. Eu mesmo, quando eu entrei para a universidade [como professor], eu entrei porque o Reitor bancou. Eles não queriam me deixar contratar, porque eles tinham uma ficha lá. Em 1976. O Reitor teve que bancar com veto a minha contratação. E olha que eu não era da linha de frente, eu era um militante comum, mas eu tinha uma ocupação, e isso já era suficiente para você entrar na lista e ser acompanhado.

Uma outra coisa que a gente tem notado: a pesquisa. Não era comum se fazer pesquisa, não é?

Mas isso era outra coisa que eu queria falar. Eu acho que pesquisa propriamente dita é dessa época para frente. Na Faculdade de Ciências Econômicas [UFMG], como exceção, tem uma tradição de anos, desde os anos 1950. Eu estou terminando uma história da Faculdade de Ciências Econômicas em que eu conto, do meu ponto de vista obviamente, como ela foi criada. Tento não colocar muito meu ponto de vista, é uma coisa institucional, mas eu penso que lá essa tradição de pesquisa é mais antiga, mais sólida. Mas a prática da pesquisa como coisa generalizada é depois dos anos 1970.

O Cedeplar é de 1967, a ANPEC de 1972. A partir da pós-graduação que a coisa começa de fato a ocorrer como algo corriqueiro. Ninguém publicava, não havia isso de publicação, um ou outro cara publicava porque gostava, não havia uma pressão para se publicar, professor podia passar a vida dele toda sem publicar nada, dando aula, era o que se exigia do professor. Essa preocupação de profissionalização, de tempo integral, de cobrança e tal, era coisa do final dos anos 1970.

Quando o senhor já era professor, no fim da década de 1970, como via o papel do professor, do departamento, no sentido de proteger a autonomia universitária?

Isso aí eu acho que sempre houve. A partir desse momento existia uma preocupação muito grande com a defesa. Eu fui fundador da associação de professores, que chama APUBH [Sindicato dos Professores de Universidades Federais] de Belo Horizonte e Montes

Claros, que não foi criado para fazer luta sindical, foi para fazer luta política, defesa da liberdade, defesa da autonomia dos professores da universidade.

Antes das questões salariais...

Não era esse o ponto, não foi para isso que foi criado. Eu fui da primeira diretoria, que foi em 1977. E aí você tem um movimento, que era nacional, que vai criar o ANDES [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior] anos depois, que é a coordenação, o sindicato nacional. Mas aí é 1980. A primeira grande greve é em 1980.

Mas a nossa associação foi criada em 1977 em cima de um assunto político, um professor havia sido preso. Essa foi a motivação. Nós entendemos que [ele] foi [preso] por razões políticas e resolvemos agir.

Quando vocês começam a colocar Lenin, Marx e Dobb, dentro da bibliografia das disciplinas, aquilo não passava por algum órgão do governo?

Não, aí não. Quando eu me tornei professor, a partir de 1976, eu só dei cursos do jeito que eu quis dar, com a bibliografia que eu quis dar. Aí acabou, não tinha mais. Eu não sei se isso era filtrado. Provavelmente era. Provavelmente tinha alguém que olhava aquilo. Mas nunca vinham falar: “- Olha, você não pode fazer isso”. Seja o que acontecia por debaixo dos panos, diretamente nunca houve censura, veto, pressão. Eu dei o curso que eu quis dar, utilizei a bibliografia que eu quis. E isso é a única coisa boa que tem na universidade, dinheiro não tem. Você quer ganhar dinheiro você vai para outro lugar.

5 – ENTREVISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

O senhor se formou em direito na década de 1950, quando o curso de economia ainda era muito novo. O que o levou a mudar do direito, para administração pública e, finalmente, para a economia?

Eu estava na faculdade de direito, era católico, pertencia à Ação Católica – que na época era muito progressista, moderna, baseada em Ana França e Alceu Amoroso Lima aqui no Brasil, mas era uma coisa algo alienada, ao mesmo tempo, dentro da realidade brasileira. E aí, em Janeiro de 1955, quando eu estava para começar o terceiro ano da faculdade, em uma colônia de Férias da Juventude Universitária Católica (JUC) estava em cima da mesa - alguém deixou, creio que foi o Jorge de Cunha Lima que era também da JUC - o número 4 do Cadernos do Nosso Tempo. [Era] uma revista que teve 5 números e foi publicada pelo IBESP, que depois virou ISEB, quando passou a ser do governo. E aí, lendo esse número 4, eu fiquei absolutamente fascinado com a ideia do desenvolvimento econômico, com a ideia do desenvolvimento através da industrialização, com a ideia de um pacto político, uma coalisão de classes desenvolvimentista associando empresários, trabalhadores e a burocracia pública. Isso estava nessa revista e eram as ideias do ISEB, e também baseadas no desenvolvimentismo, ou seja, no nacionalismo econômico, tendo como referência fundamental esses intelectuais do ISEB, que depois eu conheceria pessoalmente, tendo como referência política fundamental Getúlio Vargas, como o grande líder desse processo de revolução nacional e industrial, ou revolução capitalista no Brasil.

Quando eu acabei de ler a revista, virei-me para mim mesmo e disse: “Não vou ser mais Juiz de Direito”, por que meu plano era ser Juiz de Direito. O interesse público estava sempre muito forte na história, “eu vou ser sociólogo ou economista”, e foi assim, não foi economista ou sociólogo, “sociólogo ou economista do desenvolvimento”, essa foi a decisão tomada. Mas, eu não conhecia ninguém na faculdade de economia, a faculdade de economia não tinha nenhum nome inclusive, pelo menos nas minhas relações sociais, na minha família, nos meus amigos da Ação Católica etc. E eu decidi continuar a faculdade [de direito], completar a faculdade, mas já pensando que em seguida eu ia mudar para a economia ou a sociologia do desenvolvimento. E foi o que eu fiz. Não foi fácil essa mudança, até porque

não havia naquela época cursos de pós-graduação. O que havia naquela época era um doutorado, a USP tinha esse doutorado, mas esse doutorado era uma coisa muito particular. Você tinha que obter a aprovação de um professor titular, catedrático, precisava conhecê-lo, geralmente ser amigo dele, ter a aprovação para ser admitido no programa de doutorado. O programa de doutorado, na USP pelo menos, constituía-se simplesmente de você ser aprovado em duas disciplinas, que se chamavam disciplinas subsidiárias, e depois apresentar uma tese, para que seu orientador, e depois, para que a banca aprovasse.

Isso era muito difícil. Eu não conhecia ninguém, tanto na área de sociologia quanto na área de economia, então terminei a graduação e fiquei procurando o que fazer. Em um momento apareceu a escola de sociologia e política, que disse que iria fazer um curso de pós-graduação em sociologia. Eu fui lá me inscrever, mas não fizeram. Tentei arranjar emprego na CEPAL, não tinha a menor chance. Até que um dia apareceu a possibilidade de eu fazer um concurso para administração de empresas, para professor, na EAESP. [A] Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, que tinha sido criada em 1954. Eu não estava interessado em administração de empresas. No entanto, eles estavam contratando jovens – não tinham interesse em sociólogos ou economistas – para irem fazer um mestrado em administração de empresas na *Michigan State University* durante um ano, depois passar seis meses em Harvard, em um programa também de pós-graduação, mais orientado para professores, e depois voltassem aqui para ensinar administração de empresas, ou seja, finanças, marketing, essas coisas. E foi o que eu fiz, mas tendo muito claro para mim que o que eu queria era sociologia ou economia do desenvolvimento. Ali fiz o mais próximo do que pude disso.

Quando voltei, primeiro tentei fazer o doutorado em sociologia, agora eu tinha alguma coisa, e fui falar com o Florestan Fernandes. Florestan Fernandes me recebeu com grande frieza – aquele rapazinho da faculdade de direito, e de uma EAESP que ninguém conhecia – e me mandou passear. Passaram-se alguns meses e apareceu uma conferência internacional na FEA/USP, que era patrocinada pela Unesco, e nessa conferência vieram Kaldor, Kalecki e Maurice Allais. Eu felizmente soube da conferência, e fui lá. Participei ativamente, fiz perguntas. Quem coordenava isso aí era o Delfim, e no final conferência fui perguntar para o Delfim se ele me aceitava como aluno, para fazer o doutorado. Ele aceitou, e aí eu fiz o doutorado com ele.

Quando o senhor estava no curso de doutorado da USP, foi quando aconteceu o golpe civil-militar. Como isso foi recebido dentro do departamento da USP? Com o Gama-Filho sendo muito ligado ao regime e tudo mais.

Aí eu não sei bem. Sei o que as pessoas sabem. Porque, veja, eu me inscrevi no doutorado da USP em 1962, e eu tinha seminários com o Delfim, com o grupo dele e tal. Aí o Delfim, quando chega em 1963, eu creio, ele vai para ser secretário do Laudo Natel, de forma que acabam os seminários. O que eu consegui nesse período foi ser aprovado nas duas subsidiárias, e aí eu tinha que apresentar a tese. Eu só iria apresentar a tese alguns anos depois, em 1972, porque eu estava ocupado com o Pão de Açúcar e outras coisas, e não dava para trabalhar nisso. Então eu fiquei bastante afastado da USP nesse período, por isso eu não sei o que aconteceu lá, só por jornais, não vivi esse problema.

E os seus primeiros contatos com a literatura marxista, as obras do Marx, como ocorreu?

Primeiro eu estudei um pouco de Marx através do Caio Prado Jr., junto com meu irmão, que depois não virou intelectual mas fez a FGV. Isso quando eu era estudante. Não havia clima na JUC, mas eu me interessei por isso. Eu sempre fui um progressista, era sempre contra os conservadores, mas nunca fui radical.

Eu tive a influência do ISEB, que não era estritamente marxista, mas lá tinha o Ignácio Rangel que era marxista, e era o economista mais importante de lá. O Guerreiro Ramos tinha influência. Enfim, eu continuei muito interessado no marxismo. Mas eu realmente só fui estudar seriamente marxismo nos anos 1970, com o Nakano, que tinha sido meu aluno.

Eu tinha feito o mestrado no exterior, voltei para a FGV e passei a ensinar administração de empresas no primeiro ano da graduação e no último ano da pós. O Nakano foi meu aluno na graduação em administração de empresas, ficamos amigos. Ele foi fazer doutorado nos EUA, e quando ele volta – foi admitido aqui [a entrevista foi conduzida na FGV-SP] por concurso, lá por volta de 1970 – nós passamos a ler sistematicamente *O*

Capital. Eu estudei bastante o marxismo, também porque aí não só eu estava estudando marxismo por me interessar, mas porque eu estava envolvido em escrever um livro crítico à tendência da queda da taxa de lucro no longo prazo do Marx. Então para isso tinha que estudar Marx, tinha que estudar toda a literatura sobre isso. O Nakano tinha estudado bastante Marx no seu doutorado. Lá nos Estados Unidos ele estudou Marx e Sraffa, ao invés de estudar as bobagens que queriam que ele estudasse – ele também estava em uma universidade secundária, Cornell, dava para fazer isso.

Isso aconteceu já na década de 1970, e foi por isso que eu estudei bastante Marx.

Eu me lembro de um texto seu, se não me engano de 1967, de uma revista de administração, em que o senhor fala que era necessária uma teoria econômica do subdesenvolvimento. Não me lembro se era exatamente esse termo. Mas aí seu interesse em estudar diversos autores passa por aí, para construir o que você propõe...

Isso. Mas aí já não sei se é tanto a influência marxista, mas era a influência estruturalista, isebiana, que é uma perspectiva histórica, seja pelo meu interesse pela sociologia [ou] seja pelo meu interesse pela economia marxista e depois keynesiana. Apesar de [que o interesse na teoria] keynesiana não estava tão claro para mim. Mas o estruturalismo latino-americano, que hoje eu chamo de desenvolvimentismo clássico e o marxismo, são duas visões históricas da economia, e essa era minha visão. Há um elemento ideológico importante, e eu escrevi um *paper* nessa época, na RAE.

Não existia nenhuma restrição a estudar o Marx? O senhor estava na escola de administração daqui da Fundação Getúlio Vargas na época, não é?

Não, não havia nenhuma restrição.

Se você quisesse dar aula de História do Pensamento Econômico, ou alguma coisa nesse sentido, e falasse de Marx, era livre isso?

É. Porque os militares, na universidade, eles não interferiram muito, que eu me lembre. A única coisa que eles fizeram foi obrigar a haver um curso de Moral e Cívica, mesmo no curso superior. Eu me lembro do professor que contratamos para isso, professor Eliberto, que era um homem muito simpático.

Mas o que aconteceu, nas universidades, foi que para dar esses estudos de Moral e Cívica, no começo, chamaram militares, mas depois perceberam que existia uma alternativa melhor que era chamar sociólogos de esquerda. Isso aconteceu em muita universidade, [e] aconteceu um pouco aqui também.

Porque a intervenção violenta dos militares foi quando eles cassaram primeiro o Celso Furtado e alguns outros, mas principalmente quando eles aposentaram em 1969, aquele grupo do pessoal da USP que vai depois formar o ISEB [na verdade eles formaram o CEBRAP].

Mas isso na USP. Na FGV...

Não, não. Na fundação não houve nada. Mas o marxismo aqui também sempre foi absolutamente marginal, apesar de permitir-se. Nunca ninguém deu curso, que eu saiba, sobre Marx apenas. Mas todos os professores de sociologia davam Marx nos seus cursos. A famosa trinca: Marx, Durkheim e Weber. Nós tivemos aqui o professor [Maurício] Tragtenberg. Maravilhoso professor, e era um marxista anarquista.

O que é muito importante entender é que o marxismo nos anos 1960 e 1970 é, digamos, a teoria dominante nos meios intelectuais brasileiros. Não só nos brasileiros. Já não eram comunistas, a grande maioria dos marxistas, apesar de terem ainda comunistas, como os do PCB. Mas a ideia do marxismo, seja do materialismo histórico, mas também a sua busca de justiça, era a ideia dominante.

Eu considero Marx, até hoje, o mais importante pensador da modernidade, e Aristóteles o mais importante pensador da antiguidade, mas a questão é que eu não sou marxista, como também não sou aristotélico.

Nos anos 1970 eu desenvolvi duas teorias, uma foi essa que resultou na minha tese de livre-docência, que eu passei treze anos escrevendo, comecei em 1970 e terminei em 1983.

Quando eu terminei esse livro, eu pensei que era melhor apresentá-lo como tese de livre-docência do que publicá-lo como livro. Fui aprovado, não me deram dez, me deram nove. E nesse livro eu utilizava todo o instrumental marxista para fazer uma crítica à ideia de que a tendência [da diminuição da taxa de lucro] tinha se manifestado.

E isso foi quando?

Eu defendi a livre docência em 1984, mas eu discuti isso antes. Mas eu também discuti outra ideia, que comecei a discutir quando entrei aqui na FGV, em 1959, meu primeiro *paper* é sobre isso, a tecnoburocracia. E utilizando todo o instrumental marxista – classes sociais, relações de produção, modo de produção, materialismo histórico – que eu acho brilhante, se entendida inteligentemente, para discutir a emergência da terceira classe, a classe tecno-burocrática, ou nova classe média, ou classe média assalariada. Os marxistas naquela época ficavam alucinados com aquela história, e eu estava rigorosamente na fronteira do pensamento sobre isso. Então, o meu amigo Belluzzo, somado a outro que também era amigo meu, o Luiz Antônio de Oliveira Lima, lá por volta de 1978, publicaram na revista do Partido Comunista, se não me engano chamava “Temas e Debates”, uma crítica a essa minha coisa, além de muitas outras. Eu não consegui responder na mesma revista, porque, por mais que eu insistisse, eles não publicavam ideias que eles não concordassem, então publiquei a resposta nos “Estudos Cebrap”. O artigo [se] chamava “Lições do aprendiz de Feiticeiro”. Foi o único artigo na minha vida que, para argumentar que eu tinha razão, eu argumentei com Marx, porque eles diziam que eu estava interpretando mal o Marx, e eu dizia que não estava. Mas eu acho que é um absurdo você tentar... não defender... mas você justificar e achar que é verdadeira uma teoria porque algum autor assim a defendeu, isso é ridículo.

Nesse período o senhor enxergava... dentro de onde o senhor trabalhava... o marxismo conseguia ter alguma influência sobre o pensamento econômico da época? De publicação e de o debate?

Eu acho que sim. Todo o estruturalismo tinha uma influência marxista. O *Development Economics*, que na América Latina ficou conhecido como estruturalismo. As

grandes figuras no Brasil foram Furtado e Rangel. Quer dizer, Rangel era bem marxista, Furtado nunca foi, mas era muito influenciado por Marx. E depois, o que vai acontecer de muito importante aí é o desastre chamado Teoria da Dependência.

A Teoria da Dependência vai surgir em 1965, quando o senhor André Gunder Frank, um notável marxista alemão, escreveu um *paper* chamado “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Nesse *paper* ele foi criticar, fundamentalmente, a tese da revolução burguesa, ou da revolução capitalista, ou da revolução nacional. Por quê? O que era essa tese? Essa era a tese do estruturalismo, era a tese que o ISEB adotava com grande força, e que a CEPAL também adotava, quando falava do centro versus periferia. Era a ideia de que as esquerdas deviam se associar à burguesia industrial, que seria uma burguesia nacional, para realizar a revolução capitalista-burguesa. Foi isso que eu aprendi e fiquei fascinado naquele dia da colônia de férias de janeiro de 1955. E o Gunder Frank vai dizer isso logo após 1964, quando a burguesia industrial se associa à burguesia mercantil, rentista e financeira, e aos americanos para dar o golpe.

Ao mesmo tempo, na USP, o Fernando Henrique e a escola de sociologia política estava interessados em derrotar os seus dois competidores maiores na sociologia, o Gilberto Freire, em Pernambuco, com a questão da democracia racial, e o Guerreiro Ramos, com a ideia da burguesia nacional. Então as duas coisas se somaram, o Gunder Frank e essa ideia [da USP]. Isso se fortalece mais ainda quando ocorre na Argentina um golpe militar, mais ou menos semelhante, em 1967, e no Uruguai, em 1968, e vai todo mundo pro Chile. E lá no Chile, então, sobre a inspiração inicial desse artigo do Gunder Frank, que circula pela América Latina inteira, surge a Teoria da Dependência, e surge como uma teoria marxista, e que vai dizer que não há e nunca haverá – o que é um absurdo, uma bobagem – burguesia nacional.

Eu acho que às vezes há burguesia nacional e às vezes não. No Brasil há momentos onde claramente a burguesia nacional era perfeitamente nacional, e outras horas ela estava com medo do comunismo ou coisa que o valha, e é ambígua e contraditória, e não essa bobagem [da Teoria da Dependência].

A teoria da dependência vai se dividir em dois ramos. Um ramo é o do próprio Gunder Frank, e que vai ter o Rui Marini como brasileiro importante. Mas o que dizia essa escola marxista? Não tem, nem nunca vai haver burguesia nacional, logo nunca vai haver a

revolução nacional burguesa, e logo a solução é nós fazermos a revolução socialista, o que era perfeitamente coerente, era inviável, mas era coerente. E tinha Cuba, porque Cuba é a origem de quase tudo isso, mas é outra história, vai animar os marxistas e vai apavorar a direita. A revolução cubana de 1959 vai ser a causa fundamental do golpe militar de 1964.

A segunda vertente é fundada pelo livro publicado em 1969 no Chile, e depois em 1970 aqui, chamado “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”. Eu só fui entender isso depois que eu saí do governo do Fernando Henrique, uns três anos depois, porque eu não estava entendendo o que estava acontecendo com o governo do Fernando Henrique, eu estava tão entusiasmado com o governo... Eu sabia que ele era contra as ideias do ISEB, isso eu sabia, mas achei que era coisa secundária, mas aí fui ver. O que era a Teoria da Dependência Associada? Nem percebia que se chamava associada, o nome que eu dava era Teoria da Nova Dependência, isso em um *paper*, meu, de 1981, chamado “Seis interpretações sobre o Brasil”, que é muito interessante, mas está errado nesse ponto. Então, o que é a Teoria da Dependência Associada? Começa com a mesma coisa, por isso é chamada de Teoria da Dependência, não há, nem pode haver, nem nunca haverá burguesia nacional na América Latina. Mas existe uma solução, vejo as multinacionais e elas estão investindo na indústria, logo parece que o imperialismo não é tão contra o desenvolvimento quanto se diz, e, portanto, nós podemos nos associar ao imperialismo e aproveitar as suas frestas. Claro que isso escrito com grande brilho, com forte dialética, metendo classes sociais, em um nível de discussão intelectual alto, que tanto Fernando quanto o Faletto tinham. Essa era uma tese de direita, e levou o Fernando Henrique...

Então esse marxismo dominante aqui no Brasil nos anos 1970 será o marxismo da teoria da dependência, porque a teoria da dependência irá dominar os intelectuais brasileiros nos anos 1970 e 1980. E é um desastre isso, no meu entender, porque isso enfraquece fortemente o nacionalismo brasileiro e nos torna muitos mais vulneráveis ao imperialismo e, a partir dos anos 1980, quando a teoria neoclássica, junto com o neoliberalismo, volta a ser dominante, isso vai destruir com o desenvolvimentismo clássico.

Mesmo com as perseguições que houve na USP, essa discussão toda, de matiz marxista, era moeda corrente aqui no Brasil. Você não era impedido de discutir isso? Podia inclusive publicar?

Sim. Eu não me lembro de haver censura de livros, havia censura de jornais. De livros nunca houve.

E você não se sentia, também, constrangido em fazer essa discussão?

Não, isso não. Porque mesmo nos jornais havia censura, e o Estado formalizava censura, com páginas em branco, mas a Folha, que parecia mais acomodada, começa em 1974 com uma página três muito ativa, uma página de debates. Quem começa a escrever na página três é o Eduardo Suplicy, meu amigo, e depois eu começo a contribuir em 1975. E ali havia uma discussão bastante aberta, crítica ao regime militar. O nosso regime militar era autoritário, mas nunca foi totalitário, e nem nada parecido com o totalitarismo.

Menos [autoritário] que em outros países da América Latina também...

Ah sim! Menos violento também. O regime militar vai ter uma hegemonia ilimitada no Brasil, com o medo do comunismo mais o ajuste e o milagre. Agora, a partir de 1974, começa um problema, quando o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], o partido da oposição, elege um número grande de senadores, aí começa uma preocupação. Mas mesmo aí eles continuam hegemônicos, o primeiro grande arranhão é o pacote de 1977, quando há o pacote de abril e a burguesia começa a cortar seu vínculo com o governo. Inclusive teve um livro que pouca gente lê, mas que foi fundamental, chamado “Colapso de uma Aliança de Classes”. A aliança entre a burguesia e os militares estava acabando [no final dos anos 1970], e a transição democrática está começando no Brasil.

A Fundação Getúlio Vargas foi muito importante no processo de profissionalização da economia, principalmente nas questões das criações da pós-graduação e da Revista Brasileira de Economia. Até a redemocratização a revista tratou poucas vezes sobre a questão marxista/socialista. O senhor chegou a ser próximo da edição da revista?

Não, absolutamente não. Era muito separado São Paulo e Rio de Janeiro. A Fundação no Rio era dominada por Eugênio Gudin, que era um radical liberal, e vai ter como sucessor o Mario Henrique Simonsen, que não era um radical, mas era um liberal. De forma que a Revista Brasileira de Economia sempre foi uma revista rigorosamente ortodoxa. Celso Furtado sempre contava para mim que ele conseguiu publicar lá o artigo fundador do estruturalismo do Prebisch, mas foi por acaso, isso em 1950. Primeira vez que isso foi publicado no mundo não foi em espanhol, foi em português.

Agora, o que vai acontecer na profissão de importante, vai acontecer no final dos anos 1970. É no final dos 1970 que a USAID, o império, resolve financiar o doutoramento de economistas – nunca ninguém escreveu uma coisa bem interessante sobre isso. Então a Fundação no Rio e a USP aqui em São Paulo são encarregadas de fazer um curso preparatório para depois os alunos irem fazer seu doutorado lá, e os economistas brasileiros a partir dali vão ser formados principalmente na academia americana, e com isso a alienação vai ser crescente. Eu sempre digo que a China vai parar de desenvolver no dia que os dirigentes econômicos chineses deixarem de ser burocratas chineses para serem PhDs de Harvard ou Chicago. Pouco importa, liquidam com a economia chinesa.

6 – ENTREVISTA LUIZ GONZAGA BELLUZZO

[Houve um certo atraso no início da gravação da entrevista, por isso não se escutou a primeira pergunta feita ao entrevistado]

Eu não sei o que vocês apuraram em relação às outras universidades, mas no nosso caso, no caso da Unicamp, ela foi formada pelo embrião do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e o Instituto de Economia foi o Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE). Porque o Zeferino [Vaz] queria criar um departamento de Economia mais ligado às questões do planejamento, da programação econômica etc. E nós tínhamos sido alunos da Comissão Econômica para a América Latina (a CEPAL). Então o departamento foi formado por ex-professores da CEPAL, que eram o Ferdinando Figueiredo e o Lucas Gamboa, que já, infelizmente, morreu, e o Wilson Cano, eu e o João Manoel [Cardoso de Mello]. E junto conosco veio também o Osmar Marquês, que tinha estudado também na CEPAL e iria cuidar do programa de pequena e média empresa.

Qual era a peculiaridade daquelas pessoas que estavam formando o departamento? Eu e o João Manoel tínhamos estudado Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, onde, claro, antes da revolução, e mesmo depois, você tinha um debate importante, levado a cabo nas cadeiras de sociologia, onde o Fernando Henrique era professor, o Octavio Ianni, o Florestan, o Luiz Pereira, e nós tivemos um contato intenso com o marxismo, não só nos textos, digamos, político-jurídico-filosóficos do Marx, mas também com *O Capital*, não é?

Nessa época, 1962-63, nossos professores, Fernando Novais, Fernando Henrique, Roberto Schwartz, e o nosso filósofo, o Giannotti, estavam fazendo a leitura de *O Capital*. Então, isso vazava para os alunos, e nós começamos a estudar os textos, não só “A Ideologia Alemã”, “Os Manuscritos Econômicos Filosóficos”, começamos a nos interessar também pela leitura de “O Capital”. Mas antes da revolução isso era uma coisa bastante difundida no Brasil, você tinha vários centros de estudos, para não falar do ISEB – [por]que nós também frequentamos os cursos do ISEB - e tinha lá o Álvaro Vieira Pinto, que era um Hegeliano, e outros, como o próprio Celso Furtado. Então, nós recebemos essa influência de muitas fontes.

Quando nós fomos para Campinas, nós resolvemos montar um curso de economia que fosse capaz de ampliar um pouco o campo de visão dos economistas que fossem

formados lá, até em contraposição ao que se fazia na USP. Porque a USP era uma escola muito concentrada no que havia na época de mais ortodoxo, que se formos olhar, hoje, retrospectivamente, a gente vai ver que era muito melhor e mais aberto do que é hoje. Hoje está muito mais difícil, não é? A economia foi se fechando, foi se tornando muito pouco porosa a outras influências, e isso é um movimento que se dá mais a partir da década de 1970, com o fim dos 30 anos gloriosos e o predomínio dos monetaristas e, depois, dos economistas das expectativas racionais, o Lucas etc. Digamos, não é que o Samuelson não tivesse escrito os fundamentos, os *foundations*, que é uma tentativa de tornar a economia mais científica. A gente dava os *foundations*, que tinha uma desproporção entre o aparato formal e conceitual, uma coisa assustadora. Mas se você comparar com o que aconteceu depois, é uma brincadeira de criança, você excluiu da esfera do econômico, da economia, como saber... Eu não vou falar ciência porque é maltratar a ciência... Você excluiu completamente outras visões.

Nós dávamos [na Unicamp] os economistas, como o Walras, Jevons, e depois o Hicks, o Samuelson, assim como o Marx. E não podemos dizer que houve na Unicamp alguma tentativa de impedir que fizéssemos isso. O Zeferino era muito cioso da liberdade acadêmica, então não podemos dizer, em sua consciência, que houve tentativa de bloqueio ou de censura, ou de qualquer outra coisa na sala de aula. Tanto que nós começamos a nossa pós-graduação em 1974-75, e na pós-graduação havia um curso de Economia Política, em que nós dávamos os clássicos e o Marx. *O Capital* é um livro difícil, que exige muito trabalho, muita concentração, e é uma pesquisa permanente, para você perceber como é a construção do livro, e nós dávamos livremente e nunca houve nenhuma interferência, a despeito de em 1975 ser uma espécie de repressão. Eu era o professor da disciplina, e eu tinha acabado de fazer a minha tese de doutoramento, *Valor e Capitalismo*, que era público, todo mundo sabia que eu tinha feito, inclusive os órgãos de inteligência sabiam, e registraram isso, mas nunca houve nenhuma tentativa de se impedir esses cursos.

1975 foi o ano da morte do Herzog, era o auge da repressão, eu tive que sair do Brasil no final de 1975, mas porque eu tinha outras atividades políticas. Prenderam alguns alunos da Unicamp, por conta da distribuição de um jornal que a gente tinha lá, mas nada que tivesse alguma relação com alguma tentativa de impedir [o ensino]. Claro que nesse aspecto a ditadura brasileira foi menos intransigente, ou menos cuidadosa do que a argentina, por exemplo, seria impossível isso na Argentina ou no Chile. Aqui, pelo menos na Unicamp, as

perseguições políticas sempre tiveram relação com os movimentos políticos, não era luta armada nem nada, era luta política mesmo.

Isso vai bem ao encontro do que o professor João Antônio de Paula nos falou. Ele disse que foi seu aluno nessa época, e que ele não sentia absolutamente nenhuma restrição.

A gente tinha liberdade total lá. Eu imagino que isso se deva ao Reitor de então, o Zeferino.

Então o senhor acha que a Unicamp, realmente, era um ambiente um pouco diferente do que aconteceu em outros lugares?

Era. Até porque era uma universidade ainda embrionária, muito nascente [fundada e 5 de outubro de 1966]. Eles não prestavam muita atenção na Unicamp. Eles começaram a prestar atenção em nós a partir de meados dos anos 1970, quando realmente já começou a abertura. Então, apesar dos avanços e recuos da abertura, nós já tínhamos uma militância política legal no MDB, em que nós fazíamos o debate com a política econômica da ditadura daquela época, e boa parte dos nossos textos estava marcada pela influência do Marx e do Keynes... Depois, porque também a Unicamp fez uma releitura do Keynes. O Keynes era muito maltratado, o chamado keynesianismo hidráulico, que a Joan Robson chamava de keynesianismo bastardo. Havia o Minsky também, e nós demos o Minsky, logo que o livro saiu. Se você falasse do Minsky em outros lugares, os caras pensavam que era um ponta-esquerda da Ucrânia.

Talvez um dos aspectos cruciais da releitura do Keynes seja em 1971, a aula que a Joan Robinson dá na *American Economic Association*, então vocês estão fazendo isso logo em seguida...

Ela veio a Campinas em 1979. Eu me lembro bem desse 1979, porque ela veio fazer a visita e eu que fiz a saudação a ela, e falei sobre nossa leitura do Keynes. E ela disse o seguinte, ela pode ter sido gentil, mas ela disse o seguinte: “ Vocês precisam produzir um

número da *Cambridge Economic Review*, porque nós queremos mostrar que existem Keynesianos latino-americanos que fizeram uma leitura adequada do Keynes”. E o número ia começar com o último capítulo do meu livro, ela pediu, o *Valor e Capital*. Eu só não fiz esse número, eu fiquei encarregado de fazer o número, e essas coisas são complicadas na academia, porque começou uma briga de egos e eu falei que não ia ter mais revista, que não iríamos fazer mais. E eu falei com o John Wells, que trabalhou no Brasil, porque isso desencadeou uma guerra que era nociva ao bom andamento do departamento, e eu não queria fazer isso.

Então ela [Joan Robinson] ficou aqui um tempo, e eu não pude ficar o tempo todo com ela porque eu fui para Belgrado, na reunião do Fundo Monetário [FMI] em que o [Paul] Volker subiu a taxa de juros e desencadeou as insolvências. Então, eu não fiquei, e lamentei muito, porque ela viria a morrer pouco depois, né? Mas ela era uma pessoa muito afável, muito agradável e contou história do Keynes no King’s School [na verdade, King’s College], as apresentações que ele fazia da Teoria Geral, as discussões etc.

O Reitor, Zeferino Vaz, que o senhor afirmou que esteve sempre preocupado em evitar intromissões nas questões acadêmicas, na UnB, de acordo o professor Salmeron, que escreveu um livro sobre a questão da ditadura na UnB, era dentro daquela universidade um interventor, que colocou, duas vezes, a PM dentro da universidade. Quando ele chegou na Unicamp essa questão não existia? [Você] não via nele a intenção de tentar cercear?

Não. Ele fez uma coisa lá e outra aqui. Eu sei que ele saiu logo da Universidade de Brasília, não é? Porque ali foi uma coisa realmente grave. Ele saiu de Brasília em 1965 e veio para Campinas em 1966, e nos convidou em 1967 [o grupo a formar o DEPE], logo depois de ele ter saído da UnB. Provavelmente ele deve ter reforçado algumas convicções em detrimento de outras, porque ali ninguém meteu a mão. Para você ter uma ideia, em 1975 houve uma comemoração – nós tivemos vários episódios que comprovam a firmeza dele nesse aspecto – do aniversário da revolução. Ele levou a mim e ao João Manoel no quartel, ele fez o discurso, foi convidado para fazer o discurso, sendo que era uma cerimônia seguida de um coquetel, e o então comandante do quartel chegou para ele, eu e o João Manoel

assistindo a isso, e disse assim: “A sua universidade está cheia de comunistas”. E ele, [Zeferino]: “Coronel, o senhor entende de força armada e eu entendo de universidade. Na minha universidade os professores têm liberdade total de dizer o que eles pensam”.

Eu não sei o que aconteceu em Brasília, mas é o seguinte, eu vou lhe contar o episódio da intervenção do Maluf na Unicamp, essa foi a intervenção de 1979, se não estou enganado. Quando foi feita a intervenção – a pior coisa que você pode ter na universidade é uma intervenção desse tipo – o secretário de educação aqui, que já morreu e foi deputado pela Arena, colocou interventores em todos os departamentos. O que nós fizemos? Nós tratamos, a primeira coisa, de remover os interventores rapidamente, e substituí-los por professores titulares. No nosso caso quem foi escolhido foi o Lessa. A “esquerdinha” na universidade não queria, mas se a gente não suspendesse a intenção seria um prejuízo danado para a liberdade acadêmica, porque os caras iam começar a meter o dedo onde não foram chamados. Então eu, o João Manoel e a Conceição, nós fizemos uma visita ao Dr. Ulisses, porque já estávamos no final do regime, então nós forçamos a barra, e o próprio Montoro se mobilizou, o Ulisses também, para acabar com a intervenção. No entanto, o pessoal ali, o pessoal mais à esquerda, que nos chamavam de reformistas... Apesar de eles nunca terem lido Marx, né? É verdade... Eles forçaram a barra [contra], e eu disse: “Meu filho, não dá, não vai dar. Porque você vai contaminar toda a universidade com esse negócio [de interventores]”. Bom, o Roberto Cerqueira Leite [na realidade, Rogério Cezár de Cerqueira Leite], que é um físico muito respeitado, ficou do nosso lado e nós eliminamos aquela “tigrada” ali do nosso lado. O Zeferino não era mais o nosso Reitor, mas uma das acusações, do Maluf, era que aquilo era um ninho de esquerdistas. Maluf agora está fugindo da polícia, apesar de que naquela época era governador do estado. Mas, ali, as posições relativas estavam a nosso favor, porque já era Figueiredo, nós já tínhamos escrito junto com empresários, na Gazeta Mercantil, o “Documento dos oito”, que era um documento contra a ditadura, pedindo a democratização.

Eu não posso dizer que o Zeferino era o mesmo de Brasília, porque eu estaria mentindo. Aliás, em 1975 teve o seminário que veio o Hobsbawn, e o Zeferino era o Reitor.

Nós fizemos um seminário sobre o progresso técnico em 1973, organizado pelo Castro, em que veio o [Joseph] Steindl, que seria considerado um perigoso esquerdistas hoje. O Vladimir Brusk, que era um polonês. No encerramento do Seminário, o Zeferino presidiu

a seção de encerramento, estávamos sentados na primeira fileira eu, o Ferdinando, o Wilson Cano, o João Manoel, e o Zeferino virou para o Sylos-Labini, que escreveu um livro chamado *Oligopólio e progresso técnico*, muito meu amigo, e para o Steindl, eu acho, e disse: “Está vendo aqueles meninos lá?” Nós éramos bem meninos mesmo, em 1973 eu tinha 31 anos, éramos bem garotões mesmo: “Está vendo aqueles meninos lá? São todos comunistas, mas eles são todos competentes”.

O Labini me contou aquilo tudo a gargalhadas, essa história. Esse era o ambiente da Unicamp.

É realmente fascinante, a diferença da Unicamp para as outras universidades...

Ah sim! Aquilo era uma espécie de Oasis. Por isso que foi possível fazer, senão a gente ia ser espirrado rapidamente.

Durante essa época que vocês fundaram a Unicamp, vocês tinham essa percepção de que era realmente diferente? Vocês tinham conhecimento de como acontecia em outras universidades?

Ah sim! Porque nós entramos na ANPEC, né? Nós entramos na ANPEC e não foi fácil, porque quando nós entramos a FGV do Rio, a EPGE, ameaçou sair.

A ANPEC é de 1972, não é?

Isso, a ANPEC é de 1972 e nós entramos em 1973. Nós entramos, e no primeiro seminário da ANPEC, que foi aqui na USP, eu fiz uma exposição sobre a crítica do Sraffa, que está no meu livro [da tese de doutorado]. E foi interessante, porque estava o Lance Taylor, que estava na ANPEC na época, e ele fez o comentário, e estava o Pastore, e o ex-presidente do Banco Central, da época da ditadura, e também não entenderam nada do Sraffa, porque o Sraffa é difícil de entender. E o Lance Taylor fez uma boa intervenção. Então nós começamos a frequentar a ANPEC, fizemos debates lá, uma vez o Luiz Antônio de Oliveira

Lima, que é muito meu amigo, professor da FGV, que fez o curso da CEPAL com a gente, depois foi aos Estados Unidos, e fez mestrado e doutorado lá, foi apresentar um *paper*... Isso é, na reunião de 1982, sobre a teoria da regulação, tinha acabado de surgir na França, depois do livro do Aglietta, sobre os Estado Unidos. E o Bacha chegou pra mim e disse, “Escuta. O Lima é seu amigo?”. Falei, “É. É meu amigo”. “Ele por acaso estudou na França? Porque ele tem um pensamento de francês”. [Então o Belluzzo diz] “Por que? Você é contra? Os franceses pensam. Parece que eles pensaram coisas interessantes”.

Era o tempo inteiro assim. E nessa reunião houve uma mesa redonda sobre *supply side economics*, tinha acabado de sair, né? Como um desafio. Havia dois desafios ao Keynesianismo, o monetarismo e o *supply side*. O *supply side* logo perdendo, sem força. Mas eu participei dessa mesa redonda, e era incrível, porque você estava querendo legitimar as políticas do Reagan de liberalização, redução de impostos etc. Pros ricos, né? Tinha a Curva de Laffer, e a ideia de que era ineficaz... Você usar políticas fiscais mais ativas, porque no fundo você produzia *crowding out*, produzia uma redução da poupança dos ricos, né?

Então para você ver que a convivência nunca foi fácil. E mais do que isso, a convivência com o peso do *mainstream* era muito grande, nós tivemos problemas internos na Unicamp, porque como nós éramos muito fora do eixo isso começou a produzir incômodo dentro da universidade nos mais jovens, que falavam, “Ah! A gente está sendo excluído”. E eu falava “Também porque você quer ser incluído? Você quer ser incluído no que? Ou você tem clareza sobre o que a gente quer ensinar, ou você muda.”

Deixa eu voltar um pouco nessa constituição, porque é interessante como a Unicamp se constitui como uma coisa que vai acabar sendo a escola da Unicamp. Quando formaram o departamento já havia essa intencionalidade? Não? E porque escolheram esse grupo que estava vindo da CEPAL?

Foi um acaso. Porque o acaso tem muita importância na vida da gente, e nesse caso teve a maior importância. Quer ver os acasos que se sucederam? O Zeferino teve que recrutar jovens, eu tinha 25 anos, economistas – nós nem tínhamos formado em economia, tínhamos pós-graduação na CEPAL. Por que ele recrutou? Porque não tinha ninguém. Tinha havido a primeira onda de cassações, e tinha havido a segunda, na segunda nós já estávamos na

universidade, mas não tinha gente. Ele queria formar uma coisa diferente, ele foi atrás de quem estava disponível. Esse é o primeiro acaso. O segundo acaso é que nós construímos esse projeto, era uma construção. Era pouca gente, nós sempre estávamos muito juntos, até porque a gente precisava, a gente convivia o dia inteiro, jantava junto, ia no restaurante junto. Depois vieram a Conceição, e o grupo de Santiago, os que escaparam do golpe.

O curso que você fala é o curso que a Conceição fez, na CEPAL...

Sim. O curso de desenvolvimento econômico da CEPAL. Nós fizemos em duas vezes, o curso de desenvolvimento, e depois eu me especializei em programação industrial, que é a segunda parte do curso. Havia o curso de programação industrial que era “espírito do tempo”. Você tinha a coisa dos hindus, e mesmo a experiência de planejamento francesa. Então a gente tinha um curso bem dado de programação industrial, mas a Conceição veio em 1973, né? Ou 1972. Eu sei que ela veio e se juntou a gente, e era uma coisa muito cooperativa, né? Ela, por exemplo, discutiu a tese de todos, a minha, do João Manoel, do Wilson Cano, e nós também discutimos as teses de livre docência dela, então era uma situação de muita cooperação e muito intercâmbio entre nós, de crítica e tal, saía briga, mas nada grave. Até por conta da situação política, né? Isso impedia que tivéssemos “roupantes” individualistas, a gente se controlava um pouco para evitar que o conjunto fosse prejudicado, isso era uma coisa natural’, não é que a gente tivesse discutido isso. É que cada um sentia isso no convívio, na relação, até porque a gente não tinha boa vida na universidade, as pessoas nos olhavam meio de esguelha. Tinha lá o Sérgio Porto, que era um físico, que dizia: “Zeferino, você precisa se livrar desses comunistas”. Foi assim.

Isso já era o Instituto de Economia?

Não. Era o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFICH). O Instituto de Economia eu lamentei que tivesse acontecido, porque era boa a convivência com os filósofos e sociólogos, mas houve um problema ali, que é complicado, mas é uma coisa que acontece muito no mundo acadêmico. A convivência era de *cross fertilization*, boa, e nós tínhamos formação sociológica também. O André Villa Lobos era nosso colega de classe, e era o chefe

do departamento de Sociologia. Então eu senti muito isso, e nós tivemos que mudar também... Estávamos crescendo demais, e ia ficar “imanejável”. Lamentei muito, ainda que tivéssemos mantido, no curso de economia da Unicamp, muitas cadeiras de Sociologia, de Política, de Filosofia. Na verdade, transportando pra lá [para o IE], o que dava uma diferença para os outros cursos de economia.

Pouco tempo depois que se funda a Unicamp, a burocracia de inteligência do governo passa por uma mudança mais abrupta, em que começa uma descentralização e uma tentativa de instalar bases de inteligência dentro de alguns órgãos. Isso chegou a acontecer na Unicamp? As AESI entraram na Unicamp?

Entraram. Tem uma seção do DOI/CODI em Campinas, que eu fiquei sabendo disso anos depois, em que eles tinham escolhido algumas figuras de Campinas, não só da Unicamp. Era o momento em que a linha dura fez aquela tentativa de bloquear a abertura, e foram em cima do Geisel, a história do Silvío Frota. Na verdade eles marcaram algumas pessoas. Era o César Lattes, um físico, que nunca foi de esquerda nem comunista, era um cientista – que às vezes ia nas minhas aulas, de Economia Política, com seu cachorro, o Arthur – era a Hilda Hilst, que era uma poetisa, eu e o Sérgio Arouca, que era da medicina, que foram marcados para morrer.

Na década de 1990 se funda a SEP [Sociedade Brasileira de Economia Política], mas anteriormente a isso, na década de 1980, quando já se tem uma abertura maior, se consegue ter algum espaço de discussão sobre teoria econômica marxista? Porque, por exemplo, o pessoal da UFMG já também ensinava muito Marx na graduação...

Mas isso é por causa do João Antônio [de Paula], e dos alunos da Unicamp que foram pra lá, isso foram eles que levaram. Tinha o João Antônio e o João Heraldo. João Heraldo estudou na *New School*, mas ele voltou depois, e foi secretário da fazenda de Minas.

Mas foi aluno do mestrado da Unicamp...

Foi. Na mesma turma do João Antônio. Depois da turma do João Antônio, eu não lembro direito, é impossível, veio a turma do Aloísio Mercadante.

A Dilma já foi bem mais tarde...

A Dilma não. A Dilma foi na terceira turma, saiu da prisão e foi pra lá. Ela era magrinha, mocinha, quieta. Ela foi aluna no mestrado e depois no doutorado. Os colegas dizem que ela era brava, mas com os professores ela não era.

Dentro da sua tese você coloca, brevemente, que estudar a teoria do valor, para um “economista moderno”, era coisa aparentemente indigna. Você acha que essa visão foi acentuada durante a ditadura? A questão do anticomunismo influencia de alguma forma contra a teoria do valor de Marx?

Bom. Havia uma resistência muito grande a Marx. Tanto que eu usei a Joan Robson, depois por isso que ela queria que eu colocasse o texto, ela disse que era uma sobrevivência metafísica, eu tirei de um texto dela. Ela tem um texto sobre economia marxista, tem um livreto de economia marxista. Mas aí você tem que atribuir à formação intelectual dela, Keynes, por exemplo, achava que *O Capital* era um livro talmúdico. Ele dizia que o que tinha de interessante ali era a questão do $D - M - D'$, que ele aproveitou nos trabalhos preparatórios da *Teoria Geral*, né? Que ele chamava de *Pregnant Observations of Karl Marx*.

Muito estranho que a gente não tivesse medo, mas isso tem a ver com o ambiente. A condição Humana é muito estranha, a gente nunca consegue desvendar tudo, como é que vai ser o comportamento da pessoa. Ele pode ser da maior generosidade, ou pode ser da pior...

Professor, gostaria de perguntar em uma linha saindo um pouco da Unicamp. O senhor participou do CEBRAP, e o CEBRAP foi formado pelos membros daquele *Seminários de Marx*, Fernando Henrique, Paul Singer. A pesquisa da CEBRAP era próxima da Unicamp?

Tinha o Chico de Oliveira também. Era muito próxima sim. Nós tínhamos uma relação muito próxima. Você perguntou corretamente. Nós fazíamos reuniões frequentes lá no CEBRAP, na rua Bahia, e ia o Celso Furtado, ia a Conceição, íamos nós, ia o Malan, ia o Bacha, Chico de Oliveira, Paulo Singer, nós tivemos um intercâmbio muito grande.

E teve um episódio, que o Paul Singer narra em entrevista naquele livro *Conversas com Economistas Brasileiros*, do qual o senhor também participou, do Rego, e acontece o fato de, por conta de um documento encaminhado para Londres, o Paul Singer é levado para interrogatório, com outro membro da CEBRAP, que é inclusive torturado. O senhor estava na CEBRAP?

Foi o Fred Mazzucelli, o torturado. Eu na verdade até hoje não sei como é que eu não fui preso, porque prenderam meus alunos, prenderam meus amigos, e as mulheres de dois deles, eu morava na Rua Peixoto Gomide, elas foram à minha casa e falaram, “Olha os caras vieram várias vezes na porta da sua casa, com a secatura”.

Eles iam e voltavam. Quando o pai da Zélia Cardoso de Mello, que é prima do João Manoel, era delegado do DOPS, então, ele me conhece de pequeno, porque eu sou amigo do João Manoel desde o tempo de colégio, Colégio São Luís. Nós tínhamos essa vantagem de ser da classe dominante, meu pai era desembargador, tínhamos vantagem. No Brasil, vamos combinar, né? Ele [o delegado do DOPS] chegou pra mim e disse:

“Olha é melhor você se mandar”

“Antônio Emiliano”, ele chama Antônio Emiliano, “eu não tenho nem passaporte”.

“Pode deixar por minha conta, eu faço seu passaporte, tudo, você vá ao DOPS”.

“Eu vou ao DOPS?”

“Você vá ao DOPS tal dia.”

Eu fui lá com minha ex-mulher, a Ana Belluzzo, que é uma historiadora da história da arte. Fui lá com a Ana, e o Emiliano, que era um gozador, muito engraçado, falou: “Eu quero lhe apresentar um amigo meu”. Aí ele me levou para a sala ao lado, e era o Fleury, e eu peguei a mão do Fleury friamente, a Ana ficou nervosa. Falei: “Ana, dá a mão pro homem aí”.

Foi isso um pouco antes de a gente sair, ele arrumou toda a nossa saída. Nós saímos por Viracopos, que era um aeroporto que quase não tinha movimento à meia-noite do dia 25 de dezembro. Eu jantei com meu pai, e falei com ele que estava indo.

Isso em 1976?

1975. Dezembro de 1975. Eu voltei pra cá em fevereiro de 1976 porque o Ednardo, que era um general aqui comandante do segundo exército, foi deposto pelo Geisel. Aí eu voltei, porque ele desmantelou todo o aparelho repressivo, aí o João Manoel me ligou, eu estava em Roma, e falou, “Pode voltar”.

7 – ENTREVISTA PAUL ISRAEL SINGER

O senhor lecionava, no início da ditadura, na USP. Lecionava Economia Política. Não sei se tinha esse nome.

Na prática era *Economia Política*. Eu dei um curso uma vez que tratava da globalização, tentando mostrar como funcionava a econômica mundial, os diversos países e as políticas econômicas. Depois eu dei cursos principalmente sobre *Economia Solidária*. Mas antes disso eu fui professor por uns bons 7 anos de *Moeda e Banco*. Eu achava, e ainda acho, para o economista, uma matéria central. Mas nos últimos anos eu dava aula na pós-graduação em uma matéria optativa chamada *Economia Solidária*, e tive bastante alunos, porque tinha muita gente interessada.

Se não me engano o senhor entra na USP como professor em 1960...

Por aí. Eu entrei como aluno em 1956 e me formei em 1959.

Na época que o senhor entrou como aluno, existia alguém que já lecionava matéria relacionadas a Marx?

Não. Eu não vou dizer tanto, mas o curso que eu fiz Marx, praticamente, era muito pouco mencionado, e pior ainda, os professores não o conheciam e faziam erro, bobagem. Não era proposital, é que eles tinham um conhecimento pequeno e antipático.

Antipático. Era um curso predominantemente conservador?

Penso que sim. Tanto assim, que como aluno eu fui meio chato e fui corrigindo os erros deles. Aconteceu várias vezes. “Espero que o senhor não me leve a mal, mas o senhor falou algo que o Marx disse exatamente o contrário. Não é isso. A lógica do pensamento Marxista não é isso que o senhor está falando”.

E eu tenho certeza que era de boa-fé. O cara não estava querendo atribuir [erradamente], mas como ele, no fundo, desconhece a economia marxista, ele não percebe que o que ele está falando é exatamente o oposto. Mas enfim, não foi nada grave, eu fiz o curso tranquilamente, ganhei um prêmio de melhor aluno.

Daí, quando o senhor, como professor, começou a lecionar *Moedas e Bancos*...

Não. Não. Isso foi bem depois. Eu sou formado em uma matéria profissional chamada *Ciências Econômicas e Administrativas*, e fui assistente, jovem, alocado em administração. E aconteceu uma coisa – não tem nada a ver com que você está querendo discutir, mas vou lhe contar porque faz parte da minha vida. Em uma certa altura, o departamento, seja lá quem é que mexe no currículo, achou que os alunos de administração tinham que aprender psicologia. O que eu achei ótima ideia, só que eu não tinha tido curso de psicologia jamais na minha vida, conhecia por interesse próprio. Tinha lido algumas coisas, mas nunca achei que fosse lecionar. Tive que fazer e acabei aprendendo mais. Durante vários anos eu dei essa matéria.

Eu me lembro, uma vez eu encontrei, na rua, um aluno com a namorada dele, e ele me apresentou como psicólogo. Enfim, essas coisas da vida.

E quando o senhor começou a lecionar Marx no curso?

Explicitamente eu nunca dei nenhum curso de Marx. Poderia ter dado, se os alunos pedissem, eu daria. Marx sempre figurou nas matérias que eu dei, ao lado de outros, como Ricardo, Adam Smith, e Keynes, sobretudo. Eu, se tivesse que escolher para dar um curso sobre dois grandes autores, seriam Marx e Keynes. Mas não tive essa experiência.

E quando veio o regime militar o senhor lecionava. E na sua disciplina existia esse cunho socialista/ Marxista porque o senhor vinha do movimento operário. E, com o advento da ditadura, o senhor sentiu algum tipo de repressão?

Não. Deixe eu dar uma resposta a vocês, porque você é muito jovem. A ditadura foi muito pouco repressiva no começo, não houve luta. Eles tomaram o poder sem disparar um tiro, e o que eles fizeram foi caçar os deputados e senadores que eles consideravam de esquerda. Toda a bancada do partido socialista foi para a rua. Isso que era a violência deles. Mas matar gente e torturar gente eles nem pensavam. Não havia isso. Éramos presos – eu não fui, mas estava na lista. Meus colegas da direção do partido socialista eram levados à polícia e ficavam lá um dia, depois me telefonavam e diziam: “olha! Vi seu nome, mas não se preocupe porque não fazem nada. Você responde o que tem de responder e fica por isso”. Só que não deu tempo, eu não fui chamado. Uma amiga minha me telefonou um dia: “como é que você está aqui ainda?”.

É importante entender o que aconteceu. Foi com a luta armada que começou a repressão pesada, e os muitos crimes cometidos. A luta armada foi detonada por um congresso que a UNE organizou no interior de São Paulo. Só que eles souberam. A polícia soube, cercou o congresso inteiro e prendeu, se não me engano, umas 300 pessoas. O José Dirceu foi um deles, estava lá, e outras lideranças dos quais alguns ficaram presos durante algum tempo. O Zé Dirceu foi trocado depois pelo embaixador. Não só o Zé, mas 15 ou 20 pessoas.

A repressão era basicamente as cassações e, contra a imprensa, que perdeu totalmente a liberdade. Havia uma censura prévia que vetava a matéria. Eu me lembro que vários artigos [jornalísticos] meus foram vetados e não saíram. Em jornais de esquerda que não estavam proibidos, eles tinham que ler antes os artigos, e quando eles achavam que não podia sair, ficavam vetados.

Isso depois do congresso?

Tudo mais ou menos simultaneamente. O fato do congresso ter sido preso inteiro levou o Marighella e outros a irem para a luta armada. Nisso, a luta armada parecia muito poderosa: assaltavam bancos e faziam outras coisas, sem matar ninguém, mas mostravam que eram muita gente jovem, audaz. E aí o regime se organizou, não só para resistir a essa luta armada. [...] Agora, a repressão começou em 1968, e as cassações em 1969, nas universidades.

Até lá o senhor não via alguém, por exemplo, seu chefe de departamento, diretor da universidade, lhe dizendo, “o senhor não pode falar isso na sala de aula”. Ou a retirada de obras da biblioteca.

Não, não. Não aconteceu na USP, de jeito nenhum.

Mas depois aconteceu? Em 1968/1969.

Pois é. Em 1969 eu fui aposentado, junto com uma série de colegas que me honravam muito. Professores notáveis, que eu admirava. Fomos juntos. Eu acho que algumas dezenas de professores. Certamente no Paraná também. Enfim, todas as cidades. A polícia provavelmente catalogava, fazia os dossiês e assim por diante. Aí, em certa altura, o Costa e Silva fez a limpeza, ou mandou fazer.

Existiam as AESI, não é? Unidades que atuavam dentro das universidades. Unidades de inteligência, que inclusive infiltravam militares dentro dos cursos, como alunos.

Disso eu não estou sabendo. Isso é bem possível. Eu tinha (não?) conhecimento, se tivesse, eu ia começar a discriminar.

Curiosamente, eu tive azar de ser cassado. Como todo mundo que era notoriamente de esquerda foi cassado, grandes professores, como Florestan Fernandes. Eu era comparativamente muito mais jovem; eu só podia me sentir honrado.

Depois nós criamos o CEBRAP - os que foram aposentados - que existe até hoje. E eu propus, várias vezes, de colocarmos um retrato do Costa e Silva lá, porque ele nos uniu. O CEBRAP tinha gente das diferentes áreas. Antropologia, Política, Sociologia etc., até Economia, Filosofia. E era um *Think Tank*, ou seja, um conjunto de pensadores com especialidades diferentes tendo muito o que aprender e ensinar uns aos outros. E nós fizemos isso. Tivemos desde aulas de estatística até aulas de economia, que eu dei aos meus próprios colegas. A gente tinha reuniões. Escrevíamos muito, e tudo que a gente escrevia submetíamos ao CEBRAP, no “mesão”. O “mesão” era uma reunião com praticamente todos que

trabalhavam lá, que liam os textos escritos e discutiam depois. O que era um baita privilégio. Você escrever um texto para depois ser apreciado e criticado por, sei lá, vinte, vinte e cinco colegas que você sabe que são muito bons.

Era uma ironia minha, de colocar a foto de Costa e Silva. Mas nós todos devemos essa oportunidade... A repressão nesse período era basicamente a censura.

Aos trabalhos do CEBRAP, inclusive...

Não só ao CEBRAP, mas mais às pessoas. O Fernando Henrique, o Giannotti mesmo, eu mesmo. Tem um artigo que eu escrevi em um desses jornais, que não foi proibido, mas era imprensa alternativa. E esse artigo meu, que não era ideológico, era de acontecimentos dentro da economia brasileira, provavelmente, nem me lembro os detalhes. Eu sei que a censura cortou, “isso não sai”. Aí eles mudaram meu nome, e botaram um nome, não me lembro exatamente qual era, mas era de uma outra marca de máquina de costura. E saiu assim mesmo.

Como o CEBRAP foi financiado?

Ele foi financiado principalmente pela Fundação Ford. Se ele não tivesse sido financiado pela Fundação For nós teríamos também criado, e teria sido viável. A Fundação foi generosa. Inclusive o CEBRAP ainda está aí, e tem sede própria. Nós pudemos comprar uma casa, ou um sobrado, lá em Vila Mariana. E está lá o sobrado até hoje. Além disso, a gente trabalhava.

Eu tinha muitos alunos que estavam no governo. Economistas que se formaram comigo e acabaram indo para o governo federal, governo estadual.

E eles também contribuía diretamente com a instituição?

Não com o CEBRAP diretamente, mas esses alunos nos contratavam para dar assistência na parte técnica. Planejamento, discussões sobre isso.

E contratavam o CEBRAP para fazer consultoria...

Não contratavam diretamente o CEBRAP, acho que contratavam mais a gente mesmo, as pessoas. Não só eu, mas um monte de gente, porque éramos todos professores.

Mas houve alguma censura ao CEBRAP? [Censura] à biblioteca, ao que se estudava, ao que se ensinava? Alguma interferência?

Não havia aulas no CEBRAP. Nem nunca houve. Se interferiu, vou te contar o episódio. Eu fui preso. Havia um colega, que agora o nome eu não me lembro, que já é falecido, era um cientista político muito bom e que trabalhava no CEBRAP. E tinha sido da resistência, vamos dizer... clandestina... no começo do regime, e depois não mais. Quer dizer, a luta armada terminou um ano depois, com a morte do Marighella.

O episódio que eu quero te contar é exatamente esse. Esse colega nosso ganhou uma bolsa para estudar na Escócia, e ele resolveu levar para a Escócia, para poder trabalhar, o material que ele tinha escondido. Então ele fez um pacote e endereçou a ele próprio. Ele estava no Brasil ainda, ele ia estar na Escócia. E mandou o menino, nosso mensageiro, levar ao correio. Aí ele levou no correio, e os funcionários que receberam o pacote perceberam que estava vertendo água, muito molhado. Enfim, eu acho que ele tinha enterrado no jardim dele, ficou meses lá, [e] ele tirou e colocou em alguma coisa, embrulhou, e mandou. Agora, eles não iam despachar um negócio que estava molhado. Aí eles foram olhar o que era e perceberam que eram material político, explosivo, contra o regime, e então avisaram a polícia. Aí esse meu colega foi preso, e foi torturado. Ele tinha participado politicamente, mas nunca pegou em armas. E eles acabaram prendendo gente do CEBRAP, porque foi o menino que foi levar a coisa no Correios etc. Eu tenho a impressão que a repressão não tinha nunca prestado muita atenção na gente, mas, com esse episódio, foi preso o Vinícius Caldeira Brant e eu. Os dois foram presos, um sem saber do outro, ficamos preso uma semana aproximadamente e, na maior parte do tempo, eu não sabia que era ele. O Vinícius foi torturado cruelmente. Ele mesmo me contou que ele provocou. Quando eles começaram a interrogá-lo ele disse: “Olha, eu já cumpri pena aí, por não sei quantos meses, fui torturado

o tempo todo e não abri o bico”, para ver se eles desistiam, mas fizeram o contrário. Quando eu estava lá, tinha acabado de ser preso, os gritos deles eram assustadores.

São episódios. Nesse episódio da prisão do Vinícius, e minha, algumas semanas depois praticamente toda a direção do CEBRAP foi chamada para prestar depoimento. E aí eu voltei também a dar depoimento. Ninguém foi preso [nesse segundo momento], nós fomos levados a algum lugar onde estava a repressão política, e nos fizeram uma série de perguntas irrelevantes, porque nós não estávamos metidos em nenhuma coisa ilegal, não fomos da luta armada, mas foi angustiante.

E nessa época do CEBRAP, no início da década de 1970, o senhor tinha algum contato com o pessoal da Unicamp? Porque uma coisa que nos chamou atenção no depoimento do Luiz Gonzaga Belluzzo é que ele nos disse que na Unicamp eles tinham plena liberdade. E que o Zeferino Vaz dizia para os militares que “ninguém toca nos meus comunistas”, e que os militares respeitavam isso.

Havia. Eu estou dizendo a história da ditadura militar tem duas fases opostas. Uma em que eles procuravam pelo menos manter as aparências etc., mas também não muito preocupados em reprimir. Quando começou a luta armada, mudou tudo. A chamada linha dura assumiu a direção das coisas

Quando eu fiquei preso essa semana alguns deles eram realmente temerários. Eu ficava um tanto com medo. Me ameaçaram, e eu dizia: “Olha, estou dizendo o que eu sei”.

O seu contato era mais com o pessoal do CEBRAP do que com a comunidade de economistas propriamente dita, não é? Digo assim, com uma comunidade mais interdisciplinar, com o pessoal que veio do grupo do Capital.

Isso mesmo. Agora, não para dizer do jeito que você colocou porque cada um de nós trabalhava na sua área. O Giannotti trabalhava com filosofia. Mas como os seminários eram em comum, sobre tudo que nós escrevíamos, havia um aprendizado mútuo muito grande. O Giannotti podia criticar um texto meu, embora ele fosse filósofo e eu fosse economista. Era esperado isso, era o que a gente queria mesmo, era ouvir críticas de gente

amiga. Havia uma atividade intelectual muito intensa no CEBRAP, muito boa, e a gente recebia pessoas também que queriam aprender, para cursos curtos e coisas assim.

O contato de vocês, então, com essa turma da Unicamp, com o Belluzzo, com a Conceição Tavares, vocês tinham também?

Era muito. A Conceição estava no Rio nessa época, e ela vinha do Rio com mais colegas. O Malan era um deles, o Pedro Malan, mas havia outros, acho que o Belluzzo também. Ela era líder de um grupo de jovens economistas. E vários deles vinham quando ela vinha também para discutir muitas vezes meus textos, os textos do Fernando Henrique, do Octávio Ianni. E também ela trazia os textos que ela elaborava com outros, com o José Serra. Discussões, eu diria, muito boas.

E nessas discussões, em algum momento, eram feitas a partir da perspectiva marxista?

Todos os artigos que a gente escrevia tinha essa perspectiva.

Mesmo na época do recrudescimento do regime? Era uma coisa mais interna?

Nós tínhamos uma revista, e a revista circulava bastante. Pelo que eu estou sabendo, a nossa influência na USP foi maior depois que nós fomos pro CEBRAP, aposentados. Tanto assim que, depois que acabou a ditadura, não tinha acabado ainda, mas houve a anistia, em 1979 (a ditadura foi até 1985), houve a possibilidade de a gente voltar a lecionar. Fazia parte da anistia. Mas, para poder voltar, era preciso que os departamentos nos chamassem, senão você não teria mais lugar, por assim dizer.

Bom, eu fui chamado por duas faculdades da USP, nas quais eu tinha lecionado. Uma delas é a de Economia e Administração [FEA], e a outra foi a Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

Fiquei muito feliz, mas acabei resolvendo voltar mesmo para a Economia, que era a profissão.

E nessa época você reparou que a influência de quando vocês estavam no CEBRAP tinha sido grande...

Sim. O que nós fazíamos era lido. No mesmo período em que o regime era odioso, você podia ver posições críticas, mais ou menos diferentes.

Esta revista que o senhor falou é a revista estudos CEBRAP?

É. Nós tínhamos uma linha. Não chegava a ser um livro, mas publicações com 15 ou 20 páginas. Uma boa parte do que eu escrevi saiu dessa forma. Eram cadernos. *Cadernos CEBRAP*. Então havia o *Estudos CEBRAP*, que é uma revista bastante rigorosa, com contribuições de várias espécies, e havia os *Cadernos*.

Isso logo depois que vocês foram aposentados. E vocês podiam citar obras de Marx nessas revistas? Como referência, digamos?

Essa é uma boa pergunta. Disso eu me lembro. Nós adotamos um processo de autocensura. A gente passou várias vezes trabalhando não podendo publicar porque a censura cortava. É exatamente isso que você falou agora, jamais me passaria pela cabeça citar Marx, porque isso era uma provocação para aquilo não sair. Tentávamos dizer as ideias fundamentais. Também se houvesse ataques ao regime, certamente o artigo seria vetado.

É gozado. Não é gozado, é trágico. Mas com a luta armada, a chamada linha dura de certa forma ganhou hegemonia exatamente no governo do Costa e Silva, e, curiosamente, não era isso que ele queria. Ele morreu, de doença, provavelmente ele não foi envenenado, mas ele tinha a intenção de fazer o que o Geisel fez depois: voltar à democracia gradativamente. E acho que ele até tenha feito estudos nessa direção, mas aí ele adoeceu mesmo. O Médici era linha dura. Certamente fez o que queria, tinha mais liberdade de fazer.

E nesse episódio que eu falei, em que todos nós fomos chamados e eu fui preso, eu e o Vinícius fomos presos, eu perguntava o porquê de eu ter sido preso, e eles diziam, “Não. Você é quem vai nos contar”. Aí houve ameaça de tortura. Falei, “Vocês podem fazer o que

vocês quiserem comigo. Eu não vou dizer porque eu fui preso, porque eu não tenho como responder”.

Após a abertura política, o senhor chegou a lecionar Economia Política? Lembra como voltou isso?

Não. Eu considerava a economia que eu fazia como Economia Política. Mas minhas aulas sobre moedas e bancos não eram aulas marxistas, o que eu achava fundamental de se conhecer é a história das ideias econômicas sobre a moeda, sobre os bancos, o papel das finanças e assim por diante. Aí a contribuição do Marx e do Keynes são básicas, não podem ser ignoradas. E a direita produziu seus autores e assim por diante. Eu dava um curso em que os alunos podiam tomar conhecimento das diferentes posições e saber as razões das discordâncias, das polêmicas e assim por diante.

Durante a linha dura, o senhor ficou sabendo se alguém chegou a retirar obras da biblioteca?

Olha, eu nunca soube. Logo depois eu voltei, com a anistia, e nenhuma obra estava faltando. Uma biblioteca enorme, mas exatamente as coisas que me interessavam estavam todas lá. Então, aparentemente, não houve esse expurgo. Mas eu também nunca ouvi falar disso. Eu acho que fui um dos que mais frequentou aquela biblioteca. Muita coisa do que eu sei foi graças àquela biblioteca. Uma biblioteca muito boa, ela foi herdada e tinha obras importantes. Não faltava quase nada, era muito completa.

Na sua visão, as repressões se davam contra aqueles que eram contra o regime, ou por motivos ideológicos, ou os dois?

Acho que mais a segunda. Tudo que era de esquerda era suspeito, e depois a luta armada tornou-se grande, e aí era inimigo.

Eu fui aposentado em abril de 1969, e a luta armada começou em abril de 1968. As aposentadorias causaram muita emoção e crítica dentro da universidade, e nos meios intelectuais, porque mexer com a universidade é uma coisa meio séria.

Nunca me foi explicado por que fui aposentado. Nenhum de nós recebeu nenhuma explicação qualquer. Mas, obviamente, eles foram por causa dos dossiês da polícia política. Eu tinha sido sindicalista, inclusive fui um dos líderes de uma baita greve que houve em 1953. Eu tinha 21 anos e não tinha universidade nenhuma. Seja como for, segundo me contaram, eles tinham um dossiê grande, e eu acho que eu fui preso por causa do meu dossiê. Descobriram que, no CEBRAP, havia subversivos, então acabaram escolhendo dois, eu e o Vinícius. Esse sim, foi para luta armada, foi preso e cumpriu uma luta relativamente longa, não me lembro agora quantos anos, acho que dez anos, ou alguma coisa assim. Nesse período, ele foi muito torturado. Ele era da ação popular, uma das lideranças. Quando ele saiu da cadeia, ele perguntou se ele podia vir trabalhar no CEBRAP, a gente discutiu, obviamente era uma ameaça para nós, mas nós tínhamos princípios. Então, nós o acolhemos, felizmente. Ele era um homem de muito valor em termos intelectuais. Foi uma aquisição para nós. Nós fomos presos, o Vinícius e eu, porque tínhamos o dossiê explícito de subversivos, dentre aqueles do CEBRAP, que devia ter, naquela altura, 30 a 40 professores.

8 – ENTREVISTA THEOTÔNIO DOS SANTOS

Como surge o interesse do senhor pela economia? E também o primeiro contato com o marxismo?

Bom, quanto à formação acadêmica, a Faculdade de Ciências Econômicas de Minas foi criada na década de 1940, é verdade, e teve vários fatores de diferenciação. Em primeiro lugar, ela tinha o curso de Economia, mas também tinha o curso de Sociologia e Política e Administração Pública, além de ter um curso de Administração e Ciências Contábeis de caráter mais aplicado. A formação incluía Ciências Sociais, em geral, e a economia era uma especialização dentro disso. E, no meu caso, eu trabalhei estudando também Administração Pública, pois algumas cátedras permitiam ter os dois cursos. Mas nós tínhamos uma forte formação econômica e participávamos dos cursos de economia. Então, realmente, a economia era uma parte essencial da nossa formação.

Como a faculdade criou já no começo da década de 1950 um sistema de bolsas de estudos, em que um grupo de alunos (cerca de 8 ou 10 alunos por ano eram incorporados) tinham um tempo integral, tinham local de trabalho e faziam monografias a cada ano. Era um sistema muito avançado que depois foi adotado pelo CNPq e pela CAPES. Mas esse sistema permitia formar uma geração com uma formação teórica muito forte, além do interesse aplicado.

E qual eram as teorias que mais se estudavam nessa época lá?

Nós estávamos voltados para a questão do desenvolvimento e, portanto, estávamos para as fontes principais da teoria. No plano da história, o Braudel e todo o grupo das análises eram uma referência muito fundamental. Na economia política que se usava na época, tínhamos uma formação muito voltada para a visão mais Keynesiana. Raymond Barre, por exemplo, era uma das referências principais de manual, mas também se conhecia outras correntes norte-americanas, mas nós estávamos em uma época muito francesa. Também, digamos, por exemplo, na parte sociológica, Georges Gurvitch era o pensador principal, com

seus tratados, e fazia parte de um grupo muito forte na França. Gurvitch tinha origem russa, foi socialista revolucionário na Rússia, mas emigrou quando a luta entre parte dos socialistas revolucionários e o bolcheviques ficou muito forte nos anos 1920. Na antropologia, nós tínhamos um enfoque muito voltado para a antropologia americana, mas tínhamos, por exemplo, como uma referência fundamental Lévi-Strauss. Um pouco da derrama da influência francesa em São Paulo chegava até nós pela via de professores que estavam voltados para isso, e também muitos deles vieram dar cursos e seminários. Então, era uma formação muito fortemente francesa. Eu pessoalmente tinha um interesse mais forte com a escola que influenciou Gilberto Freire e aquele grupo de antropólogos e historiadores ingleses. Eu tinha uma formação mais ampla que aquela que a universidade dava.

E nessa época o marxismo aparecia em uma crise, em que o marxismo soviético, considerado o oficial, era já questionado muito fortemente por vários autores e várias linhas. No nosso caso, por exemplo, da faculdade, Henri Lefebvre foi uma das referências dessa luta interna do partido que começa a surgir. Correntes novas do marxismo, redescoberta de textos marxistas desconhecidos ou pouco usados até então, como era a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, que fazia parte dos Grundrisse etc.

E também nós tínhamos um grupo católico, que trabalhava conosco, juntos. Porque nós éramos bolsistas, tempo integral, discutindo o tempo todo, tínhamos seminários bastante amplos, de sociologia, de filosofia etc. Mas eles [do grupo católico] foram muito influenciados pelo *La Pensée de Karl Marx* [de Jean-Yves Calvez], de um grupo jesuítico que fez uma reestruturação do marxismo muito profunda, um grande conhecimento com forte tendência Hegeliana. E tentando incorporar o marxismo na visão cristã, mas deixando, digamos, a transcendência fora do enfoque marxista. Não resolvia o problema da transcendência. Enfim, que aliás ninguém nunca resolveu, isso em várias religiões.

Então você vê que era uma literatura muito ampla e, ademais, nós tínhamos a literatura brasileira. Nesse momento estava muito em evidência e crescimento o ISEB, com o qual nós tínhamos uma relação muito estreita. Particularmente, no meu caso, tinha uma relação muito forte com o Guerreiro Ramos, que colocava em questão o *status* sociológico do Brasil, inclusive as correntes de esquerda marxistas, que ele considerava que ignoravam as especificidades do nosso processo, e o papel, no caso, de questões como a questão negra, que eram vistas como um caso sociológico de formas de relação social. Mas sem entender

que essas questões tinham um fator histórico e civilizacional muito mais forte do que simplesmente trabalhadores de outra etnia.

E nesse época o senhor chegou a ter ligação com o partido comunista?

Não. Em torno desse grupo nosso na Faculdade de Economia, se criou um grupo que se voltou para uma política mais imediata. Formamos uma juventude trabalhista em Minas. Aí tinha gente católica, de esquerda, da JEC [Juventude Estudantil Católica] e depois da JUC [Juventude Universitária Católica], tinha gente marxista, independente (como nós), tinha também comunistas partidários que também participavam. Era uma grande frente que nós tínhamos na juventude, basicamente.

O nosso grupo não tinha uma estrutura nacional. Ele vai encontrar quando nós entramos em contato com a Juventude Socialista aqui do Rio. São Paulo também tinha Juventude Socialista e outros grupos, várias tendências marxistas um pouco residuais, alguns elementos que tinham vindo do trotskismo, outros que tinham vindo mais de uma luxemburguismo, um pouco de influência anarquista. Era tudo um resíduo de várias tendências que foram ficando sem expressão e foram buscando um caminho independente, próprio. E daí que surgiu a organização revolucionária marxista *Política Operária* (POLOP). Então nós fundamos a POLOP com grupos do Rio, São Paulo, Bahia também e depois fomos incorporando outros grupos do país. E a POLOP teve uma capacidade muito grande de transformar essas divergências todas em um conteúdo de um marxismo independente, que tinha no stalinismo, no trotskismo, luxemburguismo e outras correntes, referências, mas que tinha como base fundamental o próprio Marx, o pensamento do Marx, para o qual nós nos voltamos muito.

Isso não era uma operação só nossa, era uma operação que estava em curso a nível mundial, quando, exatamente na década de 1960 [na realidade, final da década de 1950], nós temos o aparecimento do grupo de leitura de *O Capital* em São Paulo. Nós tivemos depois um grupo na Universidade de Brasília, em 1962, antes disso tínhamos um grupo de leitura, que não só era de *O Capital*, mas um grupo de leitura muito forte no campo do marxismo. E, também, no caso da POLOP, um conhecimento das correntes políticas do marxismo bastante forte, bastante diferenciada, em um lugar onde ninguém sabia quem era [Nikolai] Bukharin,

ou quem era [David] Riazanov. Tudo isso era gente desconhecida no Brasil, e nos conhecíamos internamente.

Isso em Belo Horizonte ou já em Brasília?

Em Belo Horizonte já comecei, eu particularmente, bem fortemente. E depois na Universidade de Brasília em que trabalhamos eu, o Rui Mauro Marini e a Vânia Bambirra. Lá que nós formamos um grupo mais sólido. O Perseu Abramo também participou desse grupo. A vinda do André Gunder Frank, que o Darcy contratou para um seminário, também foi um fator que permitiu abrir mais o debate. Se bem que nós tínhamos mais um conhecimento da *Monthly Review*, do grupo do Paul Sweezy, e todo o grupo que girou em torno da *Monthly Review*. Paul Baran era o mais importante porque tinha se dedicado à questão do subdesenvolvimento. Então todo esse mundo se abriu com uma relação mais direta que nós estabelecemos já desde aqui no Brasil, e depois aprofundamos no exterior, no exílio, e, particularmente no meu caso, no período em que estive nos Estados Unidos como professor, já em 1969, muito ligado ao grupo da *Monthly Review*.

O senhor entra no mestrado em 1962 e fica até 1964. O senhor estava presente durante o golpe ou já tinha terminado antes o mestrado?

Tinha terminado exatamente antes do golpe. Já tinha entregue minha dissertação.

Que foi sobre categorias de classe, certo?

Conceitos de classe, mas que começa a parte principal sobre a classe dominante. Definia a classe dominante brasileira, o que compunha ela. É um tema que eu continuei, porque ao mesmo tempo já tinha avançado bastante a questão da história do movimento operário brasileiro, e não só do movimento operário, da esquerda brasileira. Então, isso também permitiu avançar na relação entre a classe dominante e pelo menos o movimento operário. No setor camponês, apesar de que nós tínhamos uma atividade política muito direta, quem aprofundou isso mais foi a minha esposa, Vânia Bambirra, que trabalhou intensamente

com a questão agrária. Apesar que, evidentemente, por pensar a classe dominante brasileira, você tem que entender a questão agrária, mas já com um enfoque mais pra classe dominante, o papel econômico. E o campesinato ainda tem uma história ainda pouco, até hoje, pouco desenvolvida no Brasil. Porque ele só aparece como força social e política ativa nos anos 1950 e 1960, particularmente com as ligas camponesas, mas com outros movimentos também. Mas é verdade que nós temos um conhecimento do campesinato muito insuficiente. E ademais, como ele passou por mudanças tão radicais nesse período, grande parte do nosso campesinato foi para as zonas urbanas para se tornar uma espécie de subproletariado, ou proletariado propriamente.

E esse processo em que o senhor sai do Brasil, como foi? Foi um mandado de prisão, como no caso do FHC?

Fernando Henrique não tinha mandado de prisão nenhum... mas tudo bem. Eu já tinha um processo. Em 1964, quatro dias depois do golpe, eu fui demitido da Universidade de Brasília pelo Reitor, que depois se converteu em uma grande figura, o Zeferino Vaz. Fui um dos quatro que saíram primeiro, depois vieram outros. Foi muito rápido, parece que já tinha algo antes preparado.

Eu fui informado vagamente, mas já tinha um processo com uma pequena condenação de quatro anos, que envolveu exatamente a mim, ao Rui Mauro Marini e a Vânia, em torno das atividades da POLOP depois do golpe, uns 3 ou 4 meses depois. Isso eu não conhecia bem. O [processo] que existia mais forte era em Minas e que terminou no final de 1965 com uma condenação de 15 anos de prisão. Aí ficou difícil, a vida clandestina. A minha filha nasceu durante o golpe, enquanto eu estava clandestino. Eu estava dirigindo a POLOP neste momento, uma direção não tão forte assim, porque era definido em condições de clandestinidade, mas eu era membro da direção. Fui colocado como secretário geral, mas isso era difícil de manter porque a tendência era aproveitar o fato de eu estar condenado e, portanto, poder ser preso a qualquer momento, ter um esquema mais forte de segurança que me restringia muito. E, então, aí o exílio passou a ser a solução. Foi quando fizeram as negociações para o meu exílio e eu saí um pouco antes de primeiro de maio de 1966. Depois de ter estado uns três ou quatro meses na embaixada chilena.

Então a minha saída está vinculada, em primeiro lugar, à minha condenação, apesar de que havia outras das quais eu não sabia mais detalhes. Essa eu soube. É engraçado, eu fui condenado como mentor intelectual da penetração subversiva no campo. Algo que tinha que ver com minhas atividades na liga camponesa, eu não sei bem porque eu nunca me interessei em como é que foi esse juízo. Mesmo porque, em 1979, quando estava saindo a anistia, também foi anulado esse processo que não tinha fundamento nenhum, como muitas coisas que os militares faziam e fazem ainda até hoje.

A saída foi em 1966, já para o Chile, onde chegamos em um momento de grande mobilização política que vai terminar na formação da Unidade Popular [UP], que é um processo muito importante. Uma vitória política e, depois, um processo de transformação profunda durante o governo da Unidade Popular. [Lá] a forma de comportamento da direita era muito parecida com a nossa, aqui, o que também nos ajudou a compreender a articulação dos grandes capitais internacionais para os golpes na América Latina.

Quando o senhor chega ao Chile, tem contato com a CEPAL? Fica na Universidade do Chile?

Eu fui para a Universidade, para o centro de estudos socioeconômicos, mas por influência do Fernando Henrique e do Florestan Fernandes, que estava lá nesse momento e quando eu cheguei me indicou para o diretor do centro, que estava recém se formando. Era muito conhecido [o diretor], uma grande figura, o Eduardo. Ele me contratou imediatamente, depois contratou a Vânia, que não veio comigo, veio depois, e também teve um peso muito grande na atividade do centro. E pouco a pouco foi se formando um grupo em torno de nós, em torno do estudo da dependência, que veio a ser um centro de pensamento político no Chile, muito importante para comunidade popular e para a dimensão latino-americana também. E, no exterior, porque aí nós já tínhamos muitos contatos e nosso contato maior já era com os norte-americanos. Sobretudo com o Paul Sweezy, porque, em 1969, eu fui como professor para a *University of Northern Illinois* [muito provavelmente a *Northern Illinois University*], perto de Chicago. Aí eu já tinha publicado um artigo que já era considerado um clássico no Estados Unidos, que era um artigo sobre o conceito de classe social, do qual eu fiz, depois, um livro com alguns textos do Marx complementado o artigo. Esse livro foi

publicado em toda a América Latina, e em todo o Brasil. Acho que saiu umas quatro edições, mas a *Vozes* depois não quis editar mais. Mas teve uma edição muito forte esse livro.

Como o senhor vê a difusão e a influência do pensamento marxista, também da teoria da dependência, dentro do estudo de economia em geral no Brasil, na pesquisa e também nas políticas do governo brasileiro?

Na verdade, durante a década de 1970, nas forças da esquerda mais radical a influência do nosso enfoque foi muito grande. Mas com a presença de volta do Fernando Henrique, do grupo que trabalhou conosco no Chile, que com a volta ao Brasil, podendo conviver com a ditadura... [esse grupo] foi desenvolvendo uma relação com o MDB e buscando ser, inclusive, ideólogos do MDB e do tipo de abertura que estava se armando no país. E se afastaram bastante do marxismo nesse momento. Apesar de que a formação deles tinha sido muito mais weberiana do que marxista. Mas também tiveram uma formação marxista importante, notadamente no grupo de *O Capital*. E, depois, no Chile, nós tivemos outro grupo de leitura de *O Capital*. Mas esse último foi muito mais abrangente do que nós tivemos aqui, porque o Chile concentrou os grupos de leitura de *O Capital* que estavam se desenvolvendo no mundo de maneira muito especial. A Marta Harnecker, que vem do grupo do [Louis] Althusser, por exemplo. Era uma discípula muito disciplinada, mas, depois, no processo político chileno, ela vai tendo que abandonar grandes partes das preocupações que ela aprendeu com o Althusser. Outro centro de leitura de *O Capital* era o grupo do Che Guevara. Che Guevara estudava *O Capital* de madrugada quando era ministro de Cuba, com a assistência de um espanhol exilado da Rússia, que era um grande pensador, um dos grandes estudiosos de *O Capital*. Ele assessorou o grupo de estudos do Che Guevara, e associou outros grupos. Nesse grupo do Che, com a saída dele para vir à América do Sul, os vices dele todos tiveram que sair. Quase todos vieram para o Chile. Alguns eram chilenos, outros eram de diferentes partes da América Latina, mas também vieram para o Chile.

Estávamos nesse processo de redescoberta do marxismo a partir de *O Capital*, que é todo um movimento novo. Então, no Chile vem o nosso grupo do Brasil. O do Fernando Henrique, lá de São Paulo, o nosso grupo de Brasília e também alguns outros grupos que tinham se formado em algumas outras partes. E assim nós vamos formando no Chile um

movimento de releitura do marxismo com uma relação forte com economistas, mas também com sociólogos, filósofos etc. E o grupo nosso, que está trabalhando sobre a dependência nesse contexto, vai bem mais longe, não ficamos só em *O Capital*. Trabalhamos mais sobre a teoria econômica marxista desde o final século XIX, quando começa a se consolidar um corpo de pensadores marxistas. O Sweezy trabalhou muito esse grupo de pensadores no livro dele sobre desenvolvimento, onde ele faz uma espécie de história do pensamento econômico marxista muito boa. E nós aprofundamos muito isso.

Seguir exatamente o que nós estávamos fazendo era complicado aqui [no Brasil] porque os limites de leitura eram muito grandes, em geral. Mas, em particular, a tendência francófila nossa, que estava sendo invadida pelos americanos na década de 1960 (quando se fez o acordo da ditadura com o governo americano), e resulta em uma geração de economistas neoclássicos típicos, mas que também conheciam nos EUA radicais de esquerda [trecho um tanto confuso]. Nós tivemos muita influência de radicais de esquerda americanos.

Essa dificuldade de acesso ao material marxista o senhor coloca em relação à difusão do marxismo, ou também por causa da questão política, do governo?

Claro, o clima da ditadura inviabilizava o debate aberto, amplo. As coisas que saíam, saíam muito limitadas. Mas também aquele avanço que nós estávamos tendo dentro do país, tão importante, que vai tanta influência fora, ele cai muito, porque as possibilidades de você manter um grupo de leitura e discussão de *O Capital* etc., aqui caiu. Em São Paulo foram um ou dois mais grupos. Você teve o primeiro, que terminou. O nosso grupo de Brasília foi todo dissolvido pelo grande pedagogo da Universidade de Campinas [Zeferino Vaz], que ajudou a liquidar esse centro de pensamento tão forte que era Brasília. Você vê que vai caindo. Então, dentre os que se formaram fora, você encontra alguns que conhecem realmente o nosso pensamento. Por exemplo, nos Estados Unidos, nós éramos sempre uma referência. Alguns professores chegaram a ter um destaque maior, mas não foram incorporados no ambiente econômico brasileiro, senão como um grupo minoritário.

Como o Fernando Henrique foi colocado, digamos, em uma posição de muita evidência na discussão, e como ele tinha tido uma relação com nosso grupo, muita gente identificou com o mesmo grupo. Mas, ele mesmo fez questão [de negar]. Em 1979, quando

começamos a voltar, ele fez um artigo muito duro contra o Rui Mauro Marini, ele e o Serra, que no México, por exemplo, só foi publicado com a exigência de uma resposta do Rui Mauro. Mas, no Brasil, a resposta do Rui não apareceu até a década de 1990. Então realmente foi um trunfo das circunstâncias comunicativas, que, digamos, [fez com que] a versão deles, do Fernando Henrique e do Serra, se convertesse em hegemônica absoluta. 99% das pessoas que nos atacam só leram esse artigo, sem a mínima visão do que nós fizemos. E como o artigo tinha falsidades muito violentas, nos acusavam, por exemplo, de “estancacionistas”, e que nós colocávamos como tese fundamental de que a economia dependente tinha uma tendência a se estancar.

[...]

Então, essa afirmação era uma violência intelectual brutal, pois era absolutamente o contrário do que nós dizíamos. Eles [que] defenderam uma tese de que a política de 1964, com Roberto Campos etc., levaria o país... cá entre nós, inclusive Celso [Furtado], queridíssimo amigo (nos aproximamos muito nos últimos anos), foi que falou na pastorização do Brasil. Que o Brasil ia voltar para uma economia pastoril, porque estava abandonando completamente uma perspectiva de industrialização. Então, eles pensavam assim, eles achavam que o domínio do pensamento econômico neoclássico, dominante, como estava configurado naquele momento, com o FMI etc., conduziria o país a uma perda, e uma incapacidade de desenvolvimento econômico.

A sua saída do Chile tem alguma ligação com o golpe de Estado lá? Estava envolvido com a política? Teve a questão de ser preso e ser exilado?

Claro. No Chile, no primeiro momento, me chamaram, e como exilado eu não podia estar participando daquela coisa. Mas o processo vai abrindo, a presença do exílio é muito grande, a nossa relação com o movimento político era muito grande, e ao mesmo tempo nós conseguimos criar no Chile uma frente da esquerda brasileira. O que de certa forma era uma certa influência da Unidade Popular que tinha conseguido unificar a esquerda, apesar de que o MIR [Movimento da Esquerda Revolucionária] não estava na Unidade Popular. Mas o MIR colaborava com a Unidade Popular. Vinte e três organizações políticas conseguiram sentar

em uma mesa e manter um clima de trabalho político sobre o Brasil [na realidade ele estava falando do Chile], e internacional etc., bastante importante.

O Rui Mauro Marini chegou a ser dirigente do MIR. Eu, no partido Socialista, tinha uma relação direta com o secretário geral do partido, era uma espécie de assessor, não queria entrar ao ponto de ter cargo de direção. Mas intelectualmente [eu era] muito ligado ao partido socialista, e ao MIR também.

Nós chegamos a criar no Chile uma revista semanal, *Chile Hoy*, que foi a principal revista da esquerda no Chile. Foi, digamos, um marco. Grande parte do material que eu escrevi na época eu publiquei em um livro chamado *Bendita Crisis*.

A nossa militância foi tão forte que na primeira lista que o governo golpista chileno publicou, eu estava na lista. Estava também toda a direção da Unidade Popular e mais quatro estrangeiros, dois nicaraguenses que ninguém conhecia. O outro era o José Maria Rabelo, aqui do Brasil... Não tanto por causa do Chile, mas por causa dos militares brasileiros, porque o José Maria tinha batido em um general.

No meu caso houve muita discussão, e não me deixaram sair do Chile por seis meses. Nesses seis meses eu recebi muitos convites como professor. No Estados Unidos eu recebi três convites, um deles era da *City University of New York*, e lá com apoio grande de um dos *Campi* que tinha forte influência latina, inclusive com aulas em espanhol. Mas o governo não cedeu e não me deram o visto.

O senhor vê esses seus exílios como puramente ligados à sua militância, ou a questão de sua pesquisa marxista também incomodava ambos os militares, chilenos e brasileiros?

A luta acadêmica era muito forte no Chile, e os militares participaram dela, afinal foram eles que trouxeram a Universidade de Chicago. Eles foram os primeiros integradores do pensamento neoliberal no poder. Então, eles tinham um vínculo acadêmico muito forte, e a luta acadêmica nossa era muito dura, muito complexa.

O Reitor da Universidade do Chile era socialista. Não era um socialista muito ativo, mas era do partido socialista. E há um movimento dos católicos, da democracia cristã contra ele, que chega a tomar a reitoria. A partir da tomada da reitoria, entramos, à esquerda, e tomamos a universidade toda. E, a partir daí, começamos uma reestruturação da universidade.

E no Brasil? Como o senhor vê a perseguição acadêmica?

Aqui, nós mudamos de sistema porque a Universidade de Brasília entrou com um projeto de institutos, os grandes centros de pensamento e pesquisa e, dentro dos institutos, os departamentos. Acabamos com os catedráticos. Esse projeto teve o que pretendia: ter uma influência no país todo, mas ele a vai ter durante o golpe. Por isso também que o nosso amigo campinense levou esse sistema para Campinas. Não tão sofisticado. E, depois, a própria ditadura transformou isso em um sistema nacional. Só que os departamentos nossos não estão ligados por institutos de pensamento, centros de pesquisas fortes. Departamentos têm uma vida bastante autônoma. Quando pertence a um instituto ele não tem uma atividade de vínculo intelectual com esse instituto etc. Então tivemos uma imitação do projeto da Universidade de Brasília, mas se tirou a essência do projeto, que eram os centros de pesquisa, eram os institutos onde se tinham as atividades em comum.

A universidade de Brasília foi o modelo, mas do qual se tirou a alma. A alma era a pesquisa, e os grandes pensadores.

[No Chile] o horror por nós era parecido com o da Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília foi invadida. Como não encontram nenhuma arma, começaram a pegar o negócio que se usava antigamente para cortar os livros... os estiletos. Eram as únicas armas que encontraram por aí.

A biblioteca foi invadida? Fez-se busca lá?

Também, mas a biblioteca ainda era pequena. Grande parte da biblioteca do meu departamento era minha, pessoal. Mas eu tive que vender para o Senado, para a biblioteca do Senado.

Como você vê, eles puseram de imediato um interventor, mas não conseguiram tirar do Brasil os centros de pensamento. Os centros de pensamento ficaram aqui, na Fundação Getúlio Vargas, na USP...

Tivemos um problema muito sério aqui no Brasil. Se fala que a repressão começou em 1968, uma maneira de tirar o corpo fora dos que participaram do golpe de 1964, onde se

interveio em todos os sindicatos, onde se eliminaram todos os centros de alunos, a União Nacional de Estudantes foi queimada, onde se matava os camponeses e os prendiam, nas ligas camponesas, e um sistema de repressão sobre a intelectualidade fortíssimo, como o estabelecimento de formas de censura fortíssimas. Esse foi o momento de repressão profunda, porque foi o momento de repressão da sociedade brasileira em seu conjunto. A de 1968 foi voltada mais contra o movimento armado e outros próximos da esquerda, vamos dizer, mais seletiva. 1964 foi uma repressão brutal, e dirigida contra as forças populares e contra os instrumentos de organização dos trabalhadores, e isso durou até a década de 1980 porque se permitiram eleições sindicais na metade da década de 1970, mas você tinha que apresentar atestado ideológico. Foi aí que o Lula e os que tinham apoio da igreja puderam entrar, porque sem esse apoio e sem uma carreira limpa, vamos dizer assim... não ideológica, era quase impossível.

Então, o pensamento marxista teve uma violência em cima dele muito forte. No caso do Chile nós nos convertimos em um centro de pensamento marxista na universidade, academicamente. E o centro, particularmente de economia, o socioeconômico, era realmente o motor da universidade. Tanto que o próprio diretor do centro passou para diretor da faculdade. Aí eu assumi a direção do centro, com um grande problema, porque estrangeiro não podia dirigir. Tive de esperar a chegada do Allende para poder entrar, porque o presidente podia fazer esse tipo de nomeação. Então nós realmente pudemos desenvolver o pensamento marxista muito extenso na sua base teórica, conceitual etc. Muito aprofundado em seus estudos específicos de pesquisa, no Chile.

O modelo da Unidade Popular foi um modelo dirigido, em grande parte, pela teoria da dependência. Agora, aqui no Brasil, realmente, exatamente porque eles ficaram com medo de alguma coisa assim, se dividiu. Exatamente o Serra. O Serra era da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, que tinha tendências muito sociais democráticas, muito críticos do marxismo como forma hegemônica do pensamento. Mas que sob o impacto dessa situação de pensamento, a Teoria da Dependência, vai entrando de maneira muito forte nessa faculdade e em várias outras faculdades que nós tivemos uma influência importante.

O outro grupo importante era o grupo que vinha da CEPAL. Apesar de o ministro nosso, com o qual nós tínhamos uma relação especial, Pedro Vuskovic, ter sido dirigente da CEPAL, ele era uma esquerda da CEPAL e a concepção do planejamento que ele

desenvolveu dentro do governo da Unidade Popular era muito influenciado pela ideia de um planejamento que viesse de baixo para cima. Ele chegou a organizar um setor social, que eram umas cento e tantas empresas principais do país, incluindo o cobre, que já era estatal. Essas empresas é que formulavam a base do plano que regia a economia. Então, o Vuskovic estava fechado conosco e foi inclusive ele que patrocinou nossa revista semanal, a *Chile Hoy*.

E no México? Como era o marxismo lá, era mais desenvolvido?

Sim. O México trouxe vários pensadores espanhóis. No México você tinha uma tradição marxista nos dois lados. No plano político, porque a revolução mexicana teve um contexto democrático anti-imperialista etc., mas ao mesmo tempo teve uma ala marxista bastante forte. E depois os espanhóis que vieram da revolução espanhola, que foram derrotados, vieram para o México e vão formar um centro de pensamento muito importante. Eles tinham uma formação que tomava o marxismo como uma coisa importante pela influência que teve o processo da revolução espanhola. Marxistas realmente você tinha o Venceslau, que fez a tradução das obras do Marx etc.

E o Partido Comunista mexicano tinha um problema. A vinda do Trotsky para o México provocou uma luta interna no Partido Comunista. O partido tentou matar o Trotsky e fracassou. O [David Alfaro] Siqueiros que comandou o ataque. E depois ficou no partido essa questão de uma versão trotskista que vai crescer nos anos 1950, 1960 e 1970, quando começa a crítica do Khrushchov ao Stálin. E essa ala pró-trotskista, mas não trotskista porque não pertencia à internacional trotskista, mas influenciada pelo pensamento do Trotsky, era uma ala muito importante, com muita influência na universidade etc.

E essa questão do relatório Khrushchov. O senhor vê influência disso aqui?

Aqui no Brasil teve. Mas aqui o grupo que se desenvolveu, aqui, foi mais nacional democrático, mais para a direita do que para a esquerda. Você tem uma ala grande que vai romper em 1954, 1955, mas foi uma tendência de tipo mais nacional democrática. O debate no partido vai continuar, até que, em 1958, triunfa uma linha democrática burguesa, fundamentalmente, com algumas versões um pouco mais à esquerda, uma disputa entre a

classe operária e a burguesia na liderança da questão nacional. Eles têm uma influência intelectual, mas não é consistente, não é forte.

Nosso marxismo aqui é muito influenciado pelo período da guerra, do pós-guerra, quando a União Soviética ainda era vencedora da guerra, derrotou o nazismo etc. Hoje parece que os Estados Unidos que derrotaram o nazismo. Hitler suicidou após a entrada dos soviéticos em Berlim, mas tudo bem... Mas naquela não se podia inventar essas coisas, então a força do Stálin era muito grande, da União Soviética era muito forte. E vai caindo em 1954, e isso era uma luta interna dura.

Antes de voltar para o Brasil o senhor vai aos Estado Unidos...

Em 1979 eu fui para o departamento de sociologia da *State University of New York at Binghamton*, que tinha influência do Braudel, e passa a ser o grande centro de formulação da questão do sistema mundial.

E esse contexto de guerra fria, por o senhor ser um marxista exilado de duas ditaduras, não gera algum tipo de desagrado?

Bem, para entrar foi muito difícil, em 1979. Em 1969, não, porque eles não tinham muitos antecedentes. Mas em 1979 eles não queriam deixar eu entrar. Foi uma luta grande porque a inteligência americana tinha como base a informação brasileira. Eu não sei até que ponto eles fizeram também parte desse complô. Especificamente contra mim, houve um *upgrade* muito grande, porque eu era considerado chefe do terrorismo no Brasil. Era o conceito que eles tinham de mim.

Em 1973, no golpe [Chileno], eu tive esses convites dos Estados Unidos, mas eles se recusaram totalmente a me dar condições de imigração.

[...]

Enquanto eu estava no México eu recebi vários convites, e toda vez que chegava um convite, eu ia à embaixada pedir. Eu comecei a receber inclusive convites do Partido Democrata, do instituto de pesquisa. Eu dizia: “eu não posso entrar, preciso de um pedido especial”. E assim foi. Até que em 1976, dois anos depois, o grupo do Lasa, *Latin Americans*

Studies Association, que é uma instituição muito forte nos Estados Unidos, fez uma reunião, me convidaram, mas eu não pude entrar. Mas estavam os cubanos, deixaram entrar os cubanos...

Foram falar com o ministro: “mas porque os cubanos podem e o Theotônio não pode?” “É porque ele não quer responder a umas questões que nós perguntamos”. Aí eu disse, “O quê? Eu respondo qualquer coisa, qualquer questão que eles quiserem colocar”.

Era um convite da *Simpson Institution*, que é uma instituição do congresso dos Estados Unidos. Era um convite quase oficial. Quase não... era oficial. Então eles me chamaram, quinta ou quarta-feira, aí me desceram pro subterrâneo deles lá e me puseram na frente de um idiota da CIA que me fez as perguntas mais idiotas do mundo. Se via que eles tinham uma informação muito confusa sobre mim, e eu respondi tudo que ele perguntou. Foi uma coisa completamente absurda. Eu destruí tudo o que o cara falou. E ele ficava nervoso.

Um das primeiras coisas que pude dizer com muita tranquilidade foi... quando ele disse: “o senhor foi membro da VPR³, do ALN⁴”, coisas que eles nem sabiam que organizações eram. Havia oito ou dez organizações armadas no Brasil. Eu saí do Brasil em 1966, exilado, publicamente. É um fato. Essas organizações foram todas criadas depois de 1966. Como eu podia criar essas organizações e militar nelas dentro do Brasil, se elas foram criadas quando eu estava no Chile? E, segundo, essas organizações todas eram inimigas, adversárias entre si, havia lutas de umas contra as outras. Eu não podia ser membro de todas elas”.

O fato é que depois disso abriram a embaixada sábado só pra me dar o meu visto. Deu tempo de eu chegar no domingo, no momento de institucionalização da reunião.

³ Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

⁴ Ação Libertadora Nacional (ALN)